

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROBERTO CARLOS *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06, 07 e 08/01/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 11/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Clóvis Ferraz, grande representante do sudoeste da Bahia, principalmente de Poções.

V.Exª terá 5 minutos para fazer vosso pronunciamento

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, senhores e senhoras jornalistas, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de fazer uma questão de ordem para solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, porque vou fazer um pronunciamento importante e vejo que há poucos deputados no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª será atendido.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Como o Líder do PMDB, deputado Leur Lomanto, assim como o deputado Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, fazem um apelo, retiro a minha questão de ordem, até porque ontem houve sessão até tarde para discutir a questão do transporte alternativo, mas em compensação gostaria que V.Exª me desse 10 minutos para fazer o meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª terá o tempo que a legislação determinar.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, temos diversos projetos nesta convocação extraordinária, alguns já foram votados, outros estão sendo discutidos. Alguns desses projetos deveriam ser retirados da pauta pelo Líder do governo.

Nós, da Oposição, deixamos muito claro que só votaríamos aqueles projetos que estivessem acordados com as lideranças sindicais do funcionalismo público. Como a maioria desses projetos versa exatamente sobre planos de carreira, leis orgânicas das diversas categorias de funcionários públicos- como não votamos até agora-, não iremos votar nenhum projeto que venha tirar direitos assegurados desses funcionários.

Mas o que nos deixa um pouco preocupados é a posição de determinadas lideranças sindicais, ou de diretores, ou de associação de funcionários quanto ao posicionamento com relação a esses projetos, como por exemplo, a PEC 114, que denunciemos desde o início, falamos que deveria ser retirada de pauta porque é um projeto que fere direitos assegurados...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Clóvis Ferraz, permita interrompê-lo para anunciar a presença da nossa ex-companheira Moema Gramacho, que hoje é prefeita de Lauro de Freitas e está visitando esta Casa.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com toda honra, recebemos aqui a nobre prefeita

de Lauro de Freitas Moema Gramacho, ex-deputada, aliás, quando eu era líder, ela também era líder, fizemos acordos interessantes para o Parlamento e para a sociedade baiana em diversos projetos aqui. Parabéns, deputada, pela sua gestão em Lauro de Freitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizíamos, o projeto de emenda constitucional nº 114/2008, anunciamos aqui que não iremos votá-lo, não só a Oposição como diversos deputados do governo também, porque tira direitos do funcionalismo público. Mas não entendemos a posição, como saiu na imprensa, no jornal *A Tarde*, da diretora da Associação dos Funcionários Públicos dizendo-se favorável ao projeto, deputado Gildásio Penedo. Não entendemos. Ou essa diretora está do lado dos funcionários ou está contra os funcionários públicos. É um projeto que tira direitos do funcionalismo e tem esse apoio, aí ficamos sem entender.

A PEC nº 114/2008 e o projeto de lei nº 17.727/2008, não iremos votá-los aqui, pelo menos os deputados da Oposição, porque tiram direitos assegurados do funcionalismo público. E tenho certeza de que alguns deputados da base do governo já se manifestaram, não irão votar nesses projetos. Inclusive hoje, aqui, teve uma discussão sobre o projeto do transporte alternativo que deverá ser retirado de pauta também para que haja uma maior discussão.

Recebemos aqui também um *e-mail* da *presidenta* da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Laura Fabíola Amaral, que diz o seguinte: (lê) *“Fomos surpreendidos com dois e-mails, repassados para os deputados nesta data e para os defensores públicos em relação ao projeto de Lei que visa criar a OUVIDORIA na Defensoria Pública da Bahia.*

Causa espanto, o interesse de algumas pessoas em tumultuar a discussão em relação a OUVIDORIA. Nada que é imposto tende a dar certo, pois pecou em seu nascedouro, na falta de diálogo com a categoria. Encaminhar o projeto que cria a Ouvidoria na DPE/BA em caráter de urgência e em convocação extraordinária sem qualquer discussão ampla com a classe é no mínimo uma temeridade.

A ADEP/BA não é contra a criação da OUVIDORIA, porém não pode permitir que interesses escusos ingressem em nossa Instituição pela 'porta do fundo', desrespeitando o diálogo com a categoria sob o manto de que a sociedade civil deve participar das discussões pertinentes a nossa carreira e a nossa Instituição.

Por que o medo da discussão? Por que tanta celeridade em aprovar um projeto que está diretamente relacionado aos Defensores Públicos sem uma discussão plena e democrática internamente. Por que tanto superpoderes a uma pessoa que sequer pertencerá a nossos quadros funcionais. Por que esta atitude desproporcional e intimidatória em fazer pressão junto aos parlamentares para a criação da Ouvidoria na forma traçada no projeto? Será que o cargo de Ouvidor Geral já tem 'dono'? Será que estão querendo utilizar nossa Instituição de forma equivocada? Enfim, NÃO TEMOS MEDO DE OUVIDOR, NEM DO DIÁLOGO, PORÉM, NÃO PODEMOS ACEITAR INGERÊNCIA nem ditadura na instituição que prega a cidadania.

Respeito aos defensores públicos e à defensoria pública. Diga não a ouvidoria,

termos propostos pelo governo e pela instituição.

Diga sim ao diálogo.”

Pelo que entendemos...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado, o seu tempo já ultrapassa 4 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-Com a sua devida tolerância, até porque retirei minha questão de ordem, para concluir, o que entendemos aqui é que a Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia está contra o projeto que cria a Ouvidoria, nos termos em que está proposto e que veio para esta Casa. Então, nós, e tenho certeza de que o Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo também concorda, da Oposição não vamos votar o projeto se não houver a anuência dessa Associação, porque entendemos que esse projeto precisa ser discutido com mais tempo para que possa ser votado em consenso e com a anuência da Associação dos Defensores Públicos.

É esta a nossa posição e não entendemos por que o governador mandou o projeto de maneira tão açodada para esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, galerias, quero, neste primeiro momento, saudar a presença, sempre muito nobre, da ex-deputada estadual Líder da Oposição no passado bem próximo, prefeita eleita de um município importante da Região Metropolitana de Salvador, a ex-deputada e companheira de todos, que aqui deixou sempre muitas saudades e respeito de todos, independente da cor partidária, a prefeita Moema Gramacho. Receba, em nome da Oposição, os nossos cumprimentos e a nossa satisfação de vê-la forte, com saúde e pronta para desempenhar o mandato renovado a partir deste ano de 2009, Moema Gramacho.

Srs. Deputados, hoje, a Casa Legislativa deu um passo importante de amadurecimento político, deputado J. Carlos. Hoje, numa das memoráveis audiências públicas realizadas por esta Assembleia Legislativa, com uma grande, intensa participação popular, estiveram, além da presença maciça de deputados estaduais, das mais amplas e variadas correntes político-partidárias, mas principalmente a participação de um setor importante da sociedade baiana, o segmento de transporte alternativo. Aqui estiveram, deputado J. Carlos, representações das mais variadas regiões do nosso Estado, desde Oeste da Bahia, a região Sudoeste, a Região Metropolitana, Norte, Nordeste, que vieram fazer um apelo ao Poder Legislativo e aos deputados estaduais, independente de cor e de posição partidária, no sentido de reaver a possibilidade de se fazer uma discussão mais ampliada acerca do projeto que efetivamente têm interesse, que é o projeto de transporte alternativo no nosso Estado.

Acho que a Casa deu uma grande lição, deputado Euclides Fernandes, com

amadurecimento político e como efetivamente deve funcionar o Poder Legislativo, como caixa de ressonância principal da vontade e do desejo popular. Centenas, quase milhares de homens e mulheres que aqui estiveram, e o bom senso efetivamente foi a bússola norteadora do entendimento de hoje nesta Casa...

Quero, como disse no primeiro momento, e não me afasto do meu posicionamento, saudar a iniciativa do deputado Júnior Magalhães, deputado competente, membro do nosso partido, presidente de uma das comissões mais importantes e mais atuantes do Poder Legislativo, que é a Comissão de Infraestrutura, que desempenhou um papel belíssimo e foi o grande protagonista da discussão na manhã de hoje. Mas, efetivamente, não poderia deixar de estender os meus cumprimentos a todos os parlamentares das mais variadas correntes desta Casa, que tiveram o entendimento de que não se trataria de uma questão político-partidária, de um desejo desse ou daquele bloco partidário. E o bom senso, deputado Euclides Fernandes, prevaleceu na manhã de hoje.

Quero saudar também a própria Liderança do governo que percebeu, deputado Euclides Fernandes, e o próprio governo teve bom senso, a necessidade, neste momento, de recuar um pouco para permitir a ampliação do debate e se tentar construir, deputada Maria Luiza, um debate consensual que, efetivamente, retrate o desejo da maioria das categorias.

Acho que a Casa hoje produziu um belíssimo exemplo, e quero, efetivamente, louvar a iniciativa tanto do governo quanto da Oposição, que, deputado Eliedson, provocou o debate, chamou a Casa à sua responsabilidade. Mas, efetivamente, não houve ganhadores, o grande ganhador do dia de hoje, com o fortalecimento da democracia, foi o Poder Legislativo, que deu oportunidade à ampliação do debate. Sem sombra de dúvida, os grandes vencedores do dia de hoje foram esses homens e essas mulheres que se mobilizaram em massa e se fizeram presentes aqui hoje, numa movimentação pacífica, harmoniosa, mostrando o seu desejo de que a Casa pudesse ampliar o debate.

Criou-se, a partir de hoje, uma comissão que será suprapartidária, pluripartidária, com a participação de membros do governo, através da Agerba, da Oposição e dos próprios cooperados. Enfim, ficamos hoje com esse belo exemplo de entendimento, de harmonia.

E, efetivamente, a Assembléia Legislativa baiana, de forma altiva, contundente, deu um belíssimo exemplo ao mostrar que aqui, deputada Marizete, é a Casa da ressonância popular, é a Casa do desejo e da vontade e que, efetivamente, o bom senso sempre deve ser o caminho a ser seguido.

Tenho a tranquilidade de dizer, e quem me conhece sabe do meu posicionamento nesta Casa, que sempre tenho procurado fazer uma oposição de forma responsável, serena, sem me afastar um milímetro da minha posição partidária, ideológica, porque nela acredito. Minha idade não poderia deixar de dizer, tenho 33 anos. Acredito num projeto político e dele não posso, neste momento, afastar-me, mas também não posso deixar de reconhecer, deputado Álvaro Gomes, que hoje a Casa e o governo tiveram a inteligência, a maturidade para perceber a necessidade do

recuo neste momento, deputado Euclides Fernandes, para que a Casa possa produzir um projeto que nasceu de 2 anos de amplo debate e não seria justo coroá-lo de forma...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluo, Sr. Presidente.

(...) que não fechasse com o sentimento e o apoioamento desses homens e dessas mulheres que fizeram questão de se deslocarem milhares de quilômetros para vir aqui e pedir o testemunho e a anuência do Poder Legislativo.

Portanto, quero dizer da nossa alegria de podermos ter sido protagonistas desse processo, e de ver a Casa dar um belo exemplo de democracia e procurar o entendimento, que é, como sempre, o caminho necessário para se construir uma democracia forte e uma Bahia que interessa a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, demais membros da Mesa Diretora, Srs. Deputados, queremos registrar nesta sessão de hoje o trabalho, as ações do governo Jaques Wagner, um governo republicano, democrático e participativo.

Sexta-feira, às 9 horas da manhã, vamos presenciar uma ação altamente democrática do governo do Estado. Estarão tomando posse diretores, vice-diretores das escolas da rede pública do Estado, esses diretores e vice-diretores, em conformidade com o decreto do governo do Estado foram eleitos pelos atores do sistema educacional, alunos, pais de alunos, professores e funcionários da escola.

O governo Jaques Wagner deu essa reviravolta, acabou com o sistema dos governos anteriores da nomeação através do apadrinhamento político para que os próprios autores do sistema educacional pudessem escolher os seus governantes. Então, sexta-feira, às 9 horas da manhã, teremos essa nova safra, diretores e vice-diretos que foram eleitos para o exercício dos referidos cargos. É uma demonstração clara, inequívoca dos avanços que o governo Jaques Wagner tem proporcionado nesses dois anos no governo do Estado.

Mas também, Sr. Presidente, quero até discordar um pouco do Líder da Minoria, esse jovem que tem demonstrado muita competência, muita inteligência, é um bom tribuno, incansável na sua luta de bem conduzir a Minoria nesta Casa de Leis, porque não só foi hoje que esta Casa deu uma demonstração clara de maturidade, uma demonstração de democracia.

Agora mesmo, neste período de convocação extraordinária, tivemos a votação de vários projetos, projetos importantes, que têm a ver com as várias categorias profissionais da área pública do Estado da Bahia.

Avançamos muito. Mais de uma dezena de projetos foram discutidos e votados, meu caro Penedo, e não só foi hoje que esta Casa mostrou essa maturidade e esse

crescimento democrático. Esses projetos foram aprovados e discutidos porque houve verdadeiramente, boa vontade, tanto da Maioria como da Minoria. Fizeram os acordos necessários, votaram regime de urgência, dispensa de formalidades para a discussão e votação dos projetos. Somente assim poderíamos ter avançado, agilizado a votação de tantos projetos em tão pouco tempo.

Então, Sr. Presidente, quero congratular-me com o Líder da Minoria, Gildásio Penedo, pela condução dos trabalhos, assim como o Líder da Maioria, Waldenor Pereira, que soube ouvir através da Minoria os reclamos de tantos e tantos que aqui estiveram, categorias profissionais, em busca de ajustar os projetos e dar a condução na aprovação do projeto, tão importante para os profissionais.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Já fui advertido pelo Sr. Presidente, nobre deputado do PDT, uma esperança para o Estado da Bahia, o deputado Roberto Carlos. Por isso concluo, apesar de ter tanta coisa para falar para a sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria saudar os presentes nas Galerias Paulo Jackson, temos aqui a presença da Associação dos Defensores Públicos, Laura, Cristina e demais defensores na expectativa da votação do projeto da Defensoria Pública cuja previsão de votação é para a próxima semana, segundo informações do nosso Líder Waldenor Pereira. Espero que eu seja premiado com a escolha da relatoria desse projeto. Já solicitei ao Líder e ele está avaliando e a Associação está reivindicando que eu seja o relator, mas o Líder é quem vai discutir isso com a presidência e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Espero que eu seja premiado com essa relatoria.

Mas, eu gostaria de abordar o projeto de lei que trata do transporte alternativo do Estado da Bahia. Hoje tivemos aqui uma audiência muito rica. Na realidade, essa não foi a única audiência, tivemos, no passado, audiências para discutir o transporte alternativo cuja reivindicação era exatamente buscar regulamentação desse segmento de prestadores de serviço para que eles possam trabalhar com tranquilidade, sem ser reprimidos, trabalhando dentro da legislação.

Essa é uma reivindicação do transporte alternativo. O Executivo fez um debate, algumas audiências sobre esse tema, e finalmente o projeto chega aqui e está em tramitação.

Hoje tivemos a presença nesta Casa de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras nessa área, reivindicando a retirada do projeto, tendo em vista que, na opinião desse segmento, o projeto é prejudicial. Eu concordo. Concordo que o projeto não atende às necessidades dessa categoria no sentido de uma regulamentação, de fazer com que esses trabalhadores e trabalhadoras possam realizar as suas atividades com tranquilidade. Falei pela manhã, reafirmo aqui. Esse projeto na forma como foi apresentado não será aprovado aqui na Assembleia Legislativa.

O líder do governo, Waldenor Pereira, propôs uma comissão já formada pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça; pelo presidente da Comissão de Infraestrutura, deputado Júnior; pelo relator do projeto, Leur Lomanto, mais o segmento do transporte alternativo, para buscar um denominador comum, sem o qual o projeto será retirado da pauta da convocação extraordinária.

O objetivo do governo, ao apresentar o projeto, é exatamente o de beneficiar esse segmento; esse é o objetivo do governo, mas se o projeto, por equívoco, não beneficia, vamos buscar uma solução para corrigir as imperfeições.

Eu, particularmente, falo isso com muita tranquilidade, porque tenho participado desse debate e tenho recebido muitas reclamações de perseguições no interior do Estado, na Região Metropolitana de Salvador, e apresentei uma emenda que resolverá a questão.

A emenda que apresentei ontem trará solução para o problema do transporte alternativo no Estado da Bahia. Agora, se não resolver, não faltarão alternativas para a resolução.

Poderemos fazer outras emendas, o próprio relator Leur Lomanto poderá aperfeiçoar o projeto de acordo com o atendimento às necessidades do transporte alternativo no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concluindo, nobre presidente. Considero que o projeto da forma como foi encaminhado ao Legislativo baiano não atende, não cumpre com aquilo que o governador e o governo gostaria de resolver, que é exatamente fazer com que esse segmento não seja perseguido, não seja humilhado e que possa trabalhar e desenvolver suas atividades formalmente, legalmente sem a perseguição...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...)da polícia ou de qualquer outro segmento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Eliedson Ferreira pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, senhores da imprensa, senhores que nos acompanham da Galeria Deputado Paulo Jackson, senhores da TV Assembléia, servidores desta Casa, tenho manifestado desta tribuna, Srs. Deputados, a minha preocupação para com os projetos que nos chegam para serem votados nesta convocação extraordinária.

São projetos que representam o anseio de muitos anos das mais diversas classes e que dentro de um período de um mês de repente vem para cá 25 projetos, dentre os quais muitos polêmicos, o que tem provocado uma verdadeira peregrinação das classes a esta Casa, como vimos aqui pela manhã, quando os trabalhadores do transporte alternativo estiveram aqui aproveitando para parabenizar a iniciativa do deputado Júnior Magalhães.

Recebi, também, deputado Heraldo Rocha, no meu gabinete uma comissão de

defensores públicos que se mostraram bastante preocupados com esse projeto que está nesta Casa, está na pauta para ser votado, porque numa pequena análise que fiz deste projeto sobre a orientação desses defensores públicos que me procuraram, pude observar dois erros extremos : se por um lado ele trata os iguais de forma diferente, por outro trata os diferentes de forma igual. Vou explicar: este projeto determina que a gratificação por substituição cumulativa no percentual remanescente seja de 33,33% . Ora, nós sabemos perfeitamente no que diz respeito, por exemplo, à insalubridade – se um defensor público trabalha num hospital, ele está trabalhando sob condições de insalubridade mais graves, porque lida com pessoas, muitas vezes, com determinadas enfermidades que podem ser contagiosas. A pessoa que trabalha com detentos, por exemplo, é diferente daquela que trabalha num ambiente que não corre esses riscos. Então, não pode haver uma igualdade no adicional de insalubridade.

A Constituição federal, na sua emenda 45 e a Constituição estadual na emenda 11, iguala as carreiras de defensoria pública e de promotor público. No entanto, esse projeto estabelece um teto no salário do defensor público e no Art. 1º, inciso I diz assim: “a incorporação das vantagens referidas nos incisos I e IV do caput desse artigo terá efeito retroativo a 1º de setembro de 2008 e resultará em valor igual a R\$ 10.247,76”, quer dizer, ele estabelece um teto, impedindo assim a ascensão do defensor público para um salário de acordo com o seu desenvolvimento, com o seu trabalho.

Então, isso tem nos deixado bastante preocupados. Existem muitos projetos que precisam ser tirados dessa pauta de votação, como o projeto que regula o transporte alternativo, que na verdade não regula, nós percebemos que ele cria um problema ainda maior do que aquele que os trabalhadores da classe enfrentam, já, há muitos anos. Tem o projeto também que tira a estabilidade econômica do funcionários público.

Então, projetos como esse é importante que se faça uma análise e que antes de elaborá-los consultem os interessados para que eles possam dizer quais as emendas que precisam ser colocadas, quais as mudanças que têm de ser feitas nos projetos para que não haja esse até desespero, porque muitas classes têm nos procurado preocupadas. Se não fosse a ação da Oposição, de analisar projeto por projeto para impedir que injustiças sejam cometidas, nós teríamos, já, aprovado nesta Casa, nessa convocação extraordinária, alguns projetos que trariam prejuízos para a sociedade.

Então, nós queremos que haja uma análise maior desses projetos para que aqueles que não atendem às reivindicações das classes sejam retirados de pauta para que não haja prejuízo para a população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 5 minutos.

A Srª MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, galerias que nos assistem e nos honram com a

presença dos senhores e das senhoras.

Nesta tarde de hoje, Sr. Presidente, pude observar, não pude estar presente porque estava em outro compromisso, mas minha assessoria observou a brilhante reunião que houve pela manhã nesta Casa e que quero parabenizar aqui a Liderança da Minoria e da Maioria que chegaram a um denominador comum de nomear uma comissão, através da presidência, para que fosse, realmente, estudado melhor o planejamento, com mais atenção, para o projeto que circula nesta Casa em benefício daquelas pessoas que têm o transporte alternativo.

E, sem dúvida alguma, a preocupação do governador Jaques Wagner foi realmente minorar o sofrimento desses proprietários que passavam grandes vexames. Os transeuntes também, aqueles que eram transportados nesses transportes. Os donos às vezes passavam pelo constrangimento de serem parados pela polícia e terem seus veículos apreendidos, pagando multa, perdendo a carteira. Também houve um certo cuidado porque muitas dessas pessoas têm veículos não apropriados para circular.

Muitos são dirigidos por menores, e existe uma série de outras irregularidades. Este projeto realmente em boa hora veio para a Casa nesta convocação extraordinária. Mas sem dúvida alguma as classes estão preocupadas. Há como a gente melhorá-lo com algumas emendas. Existem alguns constrangimentos que vêm também prejudicar aqueles que assumiram empréstimos comprando carros e têm compromissos com o sustento das suas famílias. Queiramos ou não, o desemprego está aí.

Existe no IBGE uma queda de 4% no desemprego. Diante da crise que nos assola em nível nacional, nós sem dúvida alguma nos preocupamos quando se tem de tirar essas pessoas que fazem esse transporte alternativo. E deixamos de votar um projeto igualmente importante. Então espero que esta Comissão chegue a um denominador comum e acorde para que possa fazer as emendas que satisfaçam aquelas pessoas que trabalham neste projeto.

Graças a Deus, tivemos o consenso de todos os deputados deste Colegiado. E eu, que a ele também pertenço, quero parabenizar o seu presidente, Júnior Magalhães, que teve a brilhante idéia de trazer para cá na manhã de hoje aquela audiência pública brilhante em que houve a discussão.

Inclusive me preocupei logo pela manhã, às 9 horas, em procurar a Agerba, o Dr. Antônio Lomanto Neto. Estive conversando com ele, que achou por bem, deputada Marizete, que fosse votado o projeto por dar sustentação a essas pessoas, mas que elas não usassem esse transporte clandestino. E disse que seria realmente importante uma conversa entre os deputados da Maioria e Minoria para que possamos apresentar alguma emenda sanando as irregularidades que existirem por acaso existirem no projeto.

Quero parabenizar o governador Jaques Wagner, que mandou para cá 25 projetos úteis a toda a comunidade da Bahia. E o que estamos fazendo aqui é somar, trabalhar para que o povo que confiou em nós possa se sentir feliz.

Agradeço a tolerância do Sr. Presidente e desejo que este Poder entre num consenso para que tenhamos bons resultados. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores públicos do Estado da Bahia, defensores, Dr^a Laura Fabíola, presidente da Associação dos Defensores-, delegados, demais servidores, estamos realizando uma convocação extraordinária, discutindo e aprovando importantes projetos para o Estado da Bahia. Os mais importantes e prioritários, sem dúvida, são aqueles que reestruturam e recuperam as carreiras dos servidores públicos do Estado da Bahia, mas, estamos também apreciando, debatendo, discutindo, outros projetos estruturantes do interesse do nosso Estado, interesse do desenvolvimento, do progresso, do Estado da Bahia.

Já aprovamos, por exemplo, o projeto do pró-Cofins que diz respeito a uma operação de crédito de 409 milhões de reais necessários à renegociação da dívida pública da Bahia, necessário ao alongamento do perfil da dívida pública do nosso Estado.

Já aprovamos, nesta convocação extraordinária o projeto de lei que institui o programa de apoio ao cooperativismo, apoio financeiro, técnico, organizacional.

Já aprovamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto que amplia o programa Luz para Todos. São mais 235 mil ligações elétricas que exigirá do nosso governo um aporte de recursos de contrapartida da ordem de 280 milhões de reais.

Já aprovamos, no dia de ontem, a Lei Orgânica da Polícia Civil, a lei que organiza a Polícia Civil, a primeira Lei Orgânica da Polícia Civil do nosso Estado.

Já aprovamos o Programa Estadual de Transporte Escolar que permite ao governo do Estado, repassar fundo-a-fundo para os municípios baianos, para as prefeituras municipais, recursos necessários, complementares, suplementares, ao programa de Transporte Escolar.

Portanto, estamos discutindo, debatendo, apreciando, votando e aprovando importantes projetos estruturantes para o governo do Estado da Bahia, para não deixar de destaca, os projetos que tratam da recuperação das carreiras dos servidores públicos do nosso Estado, deputado Heraldo Rocha, Líder do DEM, que me ouve com atenção.

São mais de 25 segmentos que, através desses projetos, estão sendo beneficiados com a recuperação das carreiras, envolvendo o resgate da avaliação de desempenho, da progressão e da ascensão funcional, da inclusão de programas de formação para os nossos servidores, sem falar no benefício principal que diz respeito à recuperação de salários. Todas as categorias, sem exceção, estão sendo beneficiadas com a recuperação salarial.

Já fechamos acordos com várias categorias. E o programa estadual de

Reestruturação das Carreiras dos Servidores, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, levou em consideração a adoção e a subordinação a algumas diretrizes que considerávamos e consideramos fundamentais para a recuperação do nível de satisfação e de motivação dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Em primeiro lugar, levantamos informações a respeito da remuneração de carreiras em outras unidades da Federação. Fazemos uma avaliação de quanto remunera o Estado da Bahia e outras unidades da Federação. Este foi o primeiro fator e o primeiro mecanismo utilizado pelo governo Jaques Wagner para esta reestruturação de carreiras.

Em segundo lugar, decidimos pela implantação da política salarial de forma específica ao analisar carreira por carreira. Ora, é importante fazer este destaque, deputado Paulo Rangel, porque, em reajustes anteriores, inclusive no primeiro ano de nosso governo, de certa forma, o reajuste concedido aos servidores públicos era dado de forma linear, ou seja, um percentual que se levava em consideração a inflação acontecida no ano anterior e aplicava-se aquele percentual de forma linear para todos os servidores públicos.

Este ano, o governo Jaques Wagner está adotando a recuperação salarial por categoria. Foram instaladas mesas setoriais de negociação. E categoria por categoria apresentou as suas demandas, apresentou as suas reivindicações, e o governo avaliou pontual e separadamente cada categoria. Por isso, ao invés de estarmos discutindo o único projeto como era a forma utilizada pelos governos anteriores, estamos debatendo, negociando e buscando um entendimento com 25 diferentes segmentos, de carreiras, de servidores públicos do nosso Estado.

Em terceiro lugar, é importante destacar que utilizamos como diretriz a ampliação dos valores das classes iniciais de carreira, sobretudo onde não houver ocupantes com vistas a atrair candidatos capacitados na realização de concursos públicos. Então, as novas carreiras que estamos aprovando com a finalidade de revitalizar as carreiras em determinados órgãos, estamos utilizando, como atração de candidatos, o pagamento de salários mais compatíveis, salários de maior monta, de maior expressão para atrair candidatos também de maior formação e qualidade.

Em quarto lugar, como diretriz para a elaboração desta política de pessoal, o nosso governo está vendo, como preocupação, o fortalecimento das carreiras voltadas para a formulação, controle e avaliação de políticas públicas. É imprescindível que o governo do Estado da Bahia, seja qual for ele, felizmente, neste caso, é o nosso governador Jaques Wagner, tivesse e tenha a preocupação de dirigir e destinar maior atenção àquelas carreiras que são formuladoras de políticas públicas, pois são carreiras vinculadas ao processo de avaliação dessas políticas tendo em vista os programas e as ações de desenvolvimento empreendido pelo nosso governo.

Em quinto lugar, nós definimos, diretriz, a implementação de um modelo de gestão por competências que envolvesse os processos de promoção, avaliação de desempenho e seleção. Há muitos anos, senhores servidores presentes nas Galerias Paulo Jackson, as carreiras dos servidores públicos do Estado da Bahia ficaram emperradas ou travadas sem a possibilidade de progressão via avaliação de

desempenho.

Nesta política de pessoal que estamos adotando, avaliando carreira por carreira, regatando os princípios da progressão e da avaliação, estamos recuperando a possibilidade da ascensão funcional até porque a ascensão funcional é imprescindível para a motivação do servidor no exercício da sua função, no desempenho de suas atribuições na prestação dos serviços públicos tão indispensáveis e imprescindíveis à nossa população.

Em seguida, utilizamos como diretriz o foco na criação de condições que permitam a melhoria da gestão da segurança pública no âmbito estadual. É importante destacar as presenças de autoridades. Estão aqui presentes os delegados. Estou vendo ali a Dr^a Soraya, presidente da associação, e a Dr^a Andréia, presidente do sindicato.

Tivemos a preocupação de dar uma atenção especial à política de segurança pública do nosso Estado. Tanto que aprovamos, ontem já, a Lei Orgânica da Polícia Civil. Já havíamos aprovado, anteriormente, a reestruturação da política de pessoal da Polícia Militar. Aprovaremos hoje a política salarial de interesse dos delegados e dos agentes penitenciários, além de outras medidas que já tomamos a respeito da ampliação do quadro de pessoal, da destinação de maior volume de investimentos na aquisição de viaturas e equipamentos de armamentos, além da aprovação, nesta Casa Legislativa, da carreira de auxiliar administrativo recrutando os reservistas das Forças Armadas para substituir policiais militares que atualmente se encontram ocupando atividades burocráticas e administrativas para ampliarmos o contingente de profissionais com a Polícia Militar nas ruas através de policiamento ostensivo.

Também, para elaboração dessa política de pessoal, levamos em consideração outra diretriz importante que diz respeito à reformulação das carreiras relacionadas com a área social, dando atenção especial à educação e à saúde. No dia de ontem, já votamos, por acordo, a política salarial de interesse da educação básica, que envolve os professores do Ensino Médio e do Ensino Fundamental vinculados ao governo do Estado da Bahia.

Na próxima semana, votaremos, também por acordo já assinado, a política salarial de interesse dos professores e técnicos das universidades estaduais, portanto, dando uma atenção especial às carreiras vinculadas à área social. E no dia de hoje, possivelmente, estamos ainda em entendimento, mas há a possibilidade de votarmos o projeto do Grupo Ocupacional da Saúde.

Ainda como diretriz para a elaboração da política de pessoal, nós decidimos, já no ano passado, pela manutenção do salário mínimo como o menor salário-base praticado no Estado da Bahia. Repara-se, inclusive, um grave erro cometido, em nossa avaliação, pelo governo anterior ao ter adotado, como salário-base, valores inferiores ao salário mínimo.

Por último, e como última diretriz, nós decidimos reestruturar as carreiras de nível superior, analistas dos grupos ocupacionais administrativos específicos, comunicação social, visando iniciar a correção dos atuais enquadramentos e simplificação dos modelos e ascensão funcional.

Essas foram as diretrizes utilizadas pelo governo Jaques Wagner para orientar a reestruturação, a recuperação das carreiras dos servidores e que resultaram nesses tantos acordos que já foram firmados e assinados pelos representantes sindicais dessas categorias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a nossa Bancada do governo, como já destacado no dia de ontem, está celebrando e comemorando, de fato, esses avanços, esses passos largos dados pelo governo Jaques Wagner na perspectiva de, a médio prazo, recuperarmos as carreiras, motivarmos os servidores públicos da Bahia, criarmos um ambiente de satisfação que permita a melhoria imediata dos serviços públicos oferecidos à população do Estado da Bahia.

Nós já destacamos outras vezes, e é importante sempre relembrar, com a devida ponderação, que nós vivemos em um Estado que vive uma grande contradição, porque é um Estado relativamente rico, o 6º principal Estado produtor do Brasil, a primeira economia nordestina, mas, infelizmente, ainda ostenta e ainda convive com os piores indicadores sociais de toda a Nação brasileira...

Então, esses indicadores perversos, nocivos, acabam repercutindo sobremaneira na segurança pública, nas atividades sociais, nas atividades de saúde e educação, na dura convivência ainda com o alto déficit de habitação popular e, portanto, são enormes os desafios do nosso governo, mas com diálogo, entendimento e mediação permanente nós haveremos de construir uma Bahia mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

Nós estamos comemorando, porque mais de 90% dos servidores públicos, através das suas associações, dos seus sindicatos, já firmaram posição favorável à aprovação dos projetos.

Eu não poderia deixar, deputado Paulo Rangel, vou passar imediatamente a palavra para V. Ex^a, de destacar o papel decisivo do secretário Manoel Vitorino e de toda a sua equipe da Secretaria da Administração nesse processo de reestruturação das carreiras dos servidores públicos.

Digo isso porque, quando da instalação da mesa central de negociação e das mesas setoriais, o secretário da Administração e o nosso governo foram alvos de muitas críticas. Muitos desacreditaram da possibilidade de que essas mesas pudessem resultar em projetos concretos de melhorias e benefícios, não só salariais, como recuperação de carreira para todos os servidores.

E nós estamos agora, nesta convocação extraordinária, reconhecendo que a decisão tomada pelo governador Jaques Wagner de instalar a mesa central de negociação e, posteriormente, as mesas setoriais foi uma medida acertada, uma medida realmente que está produzindo hoje frutos positivos, que haverão de criar um ambiente favorável de satisfação e motivação para os servidores públicos do Estado da Bahia.

Por isso, estão de parabéns o secretário Manoel Vitorino, o secretário Rui Costa, das Relações Institucionais, muitas vezes, também incompreendido, mas que finalmente ao valermos os resultados das negociações, dos acordos firmados, estão dando prova de que as decisões tomadas e as recomendações apresentadas foram de

fato as mais promissoras ao ponto de estarmos hoje comemorando a aprovação de tantos projetos, inclusive com o apoio da Bancada de Oposição, que reconhecendo a anuência, a concordância das categorias, naturalmente também vem apoiando e votando favoravelmente.

O Sr. Paulo Rangel:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Heraldo Rocha:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bira Coroa:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu queria conceder um aparte ao deputado Paulo Rangel, Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Em seguida, ao deputado Heraldo Rocha, Líder do DEM.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Waldenor, eu gostaria, neste momento, de parabenizá-lo, não só pelo seu discurso, mas pelo brilhante trabalho que V. Ex^a vem realizando à frente da Bancada de governo, trabalho esse que se destaca ainda mais nesta convocação extraordinária.

Eu também, deputado Waldenor, comungo com a visão de V. Ex^a em relação à importância que esta Casa tem tido, neste momento, como uma Casa de debate, uma Casa inclusive que tem pensado e tem buscado, a partir de discussões com as categorias envolvidas nesse processo de discussão dos planos de carreira e melhorias salariais, aperfeiçoar os projetos que têm chegado a esta Casa.

Obviamente, nós não vamos chegar ao patamar de excelência desejado pelo funcionalismo do nosso Estado, mas estamos avançando gradativamente e avançando a passos largos, principalmente se considerarmos o desmantelo que existia antes em que, praticamente, as categorias eram niveladas a partir de uma única visão sem que se fizesse qualquer avaliação do nível de complexidade e da importância dessas categorias em relação à movimentação da máquina estatal.

Eu entendo que o governo do Estado está de parabéns, mas V.Ex^a, principalmente, na condução desse processo precisa realmente ser visto, precisa ser valorizado. Parabéns, deputado Waldenor, pelo brilhante trabalho que V.Ex^a vem realizando e que vai continuar realizando à frente dessa nossa Bancada.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Paulo Rangel. Eu quero conceder um aparte ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Waldenor, faço minhas palavras as do deputado Paulo Rangel, apenas com uma observação: estamos convivendo com uma Oposição diferente. Estamos convivendo com uma Oposição que não é radical. Estamos convivendo com uma Oposição, porque “*Hay gobierno, soy contra*”. A Oposição nesta Casa tem votado os projetos, inclusive dado *quórum*, que são importantes para a melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia e, particularmente, os servidores.

Apenas não sendo desmancha prazer e quero conviver com esse momento feliz que V.Ex^a esta vivendo, como Líder do governo, e eu sei que não é fácil, pois é uma bancada heterogênea, mas dizer a V.Ex^a que a gente tem recebido várias categorias. Hoje pela manhã, vimos o projeto dos perueiros. V.Ex^a deu uma decisão fantástica

para que as comissões se reúnam e que, se caso não se cheguem a uma conclusão, não será votado o projeto. Recebemos a Comissão de Defensores Públicos. Recebemos, hoje pela manhã, também representantes da área de saúde. O deputado Javier Alfaya fez um debate muito importante sobre a área de saúde. Recebemos os procuradores, a Polícia Civil nem se fala.

Então eu queria dizer a V.Ex^a que a Oposição... V.Ex^a e o deputado Gildásio Penedo estão tendo um desempenho muito importante, neste momento difícil que Assembleia vive Por que difícil? Foi feita uma convocação extraordinária em que estamos sendo submetidos à execração pública. Mas estamos provando por A mais B que foi importante o presidente Marcelo Nilo convocar a sessão extraordinária, que isso não ocorreu pela vontade da Oposição, mas porque os projetos foram acumulados no final do ano e depois do recesso parlamentar.

Portanto, eu queria me solidarizar com V.Ex^a, mas também dizer do papel que a Oposição vem desempenhando, para que a gente tenha resultados positivos na discussão dos problemas não só das categorias, como também dos problemas da administração da Bahia. Muito obrigado.

O Sr. Bira Coroa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Heraldo Rocha.

Vou pedir desculpas ao deputado Bira Coroa, porque estamos quase concluindo o tempo. Gostaria também de informar o que já destaquei em outra oportunidade, que o único projeto que não foi possível de ser apreciado e votado diz respeito ao Grupo Fisco. A pauta de apreciação e votação dos projetos foi resultado de uma negociação Liderança da Minoria que não concordou, apresentando naturalmente os seus argumentos de incluir esse projeto em pauta.

Quero assegurar ao Grupo Fisco que se trata de um projeto de interesse do governo. Ele colocará o projeto imediatamente após o reinício das atividades parlamentares em pauta para a devida discussão, apreciação e aprovação, que é do interesse do governo da Bahia.

O secretário Carlos Martins nos tem solicitando permanentemente pela apreciação e votação do projeto. Eu quero deixar claro que, na verdade, ele não foi apreciado, não incluído em pauta de votação por conta da falta de acordo. O governo aceita colocar o projeto a qualquer momento, desde que a Oposição concorde com sua apreciação. Não sendo possível na convocação extraordinária, naturalmente que nós apresentaremos o projeto logo no reinício das atividades, no mês de fevereiro.

Quero agradecer a V.Ex^a pela tolerância, Sr. Presidente.

E, rapidamente, quero cumprimentar lideranças do interior que se encontram presentes: o companheiro Napoleão, presidente do Partido dos Trabalhadores em Anagé, e sua comitiva; o companheiro Jimmy, liderança do Município de Malhada, que também nos visita e que é bem-vindo, assim como os demais servidores, em nossa Casa Legislativa.

Muito obrigado pela tolerância. Eram essas as minhas considerações.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Representações Partidárias.

Antes, gostaria de registrar a presença dos defensores públicos nas Galerias Paulo Jackson. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo do PMN.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, iniciando o meu discurso neste Plenário, quero transmitir o meu apreço e minha solidariedade ao nobre deputado Capitão Tadeu. É inegável o respeito que nós, parlamentares desta Casa, temos por um homem que tem demonstrado uma preocupação, a exemplo de todos nesta Casa, com a segurança pública do nosso Estado da Bahia, mas, principalmente, o respeito por ele ostentar dentro do seu coração a firme convicção de que está aqui por ter sido eleito, como todos nós, pelo povo da Bahia para representá-lo em suas reivindicações.

É lógico que precisamos ter a compreensão de que, muitas vezes, em nossos discursos, não falo em entusiasmo, mas no afã de procurarmos levar através de nossa fala as nossas reivindicações, vez ou outra não conseguimos criar uma sintonia perfeita com a gramática. Talvez tenha havido ontem má interpretação sobre aquilo que o nobre Capitão Tadeu quis dizer, relacionado ao secretário da Segurança... Conhecendo o perfil do Capitão Tadeu, sei que não foi intenção de V.Ex^a, em momento algum, desrespeitar o secretário da Segurança Pública ou mesmo o governo. Mas é preciso, realmente, como V.Ex^a bem colocou, acontecer a recíproca em relação àquilo que estamos praticando. Logicamente que nós, hoje, nesta Casa, somos interlocutores das pessoas, dos eleitores que nos colocaram aqui para representá-los.

Vamos viver, no começo do mês de fevereiro, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, um momento muito importante desta Casa: a eleição para presidente da Assembléia Legislativa. Quero dizer que temos que saber respeitar a democracia.

Quero trazer meu abraço afetuoso e meu respeito ao ex-candidato, deputado Gildásio Penedo, que retirou sua candidatura, mas que, sem dúvida alguma, era um nome respeitado, não apenas por sua atitude, mas por aquilo que ele tem representado, orgulhando a nós, parlamentares, com o desempenho de seu mandato nesta Casa. Logicamente que, num período de disputa, participamos de diversas eleições, e quem é candidato tem que procurar os seus eleitores. E não foi diferente no caso do nobre deputado Gildásio Penedo.

Quero, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, elogiar a postura do Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, em suas conversações com os deputados em busca de apoio para se tornar presidente desta Casa. Age de maneira muito elegante, respeitosa, em momento algum chacoalhando nosso atual presidente, o deputado Marcelo Nilo. Deputado Gildásio Penedo, isso significa que é possível vivermos uma

democracia como a que foi apregoada com sua presença na tentativa de se tornar presidente da Assembleia. Sem precisar machucar, sem precisar mentir, sem precisar pressionar, sem precisar chantagear.

Quero dizer, como deputado de primeiro mandato, que sem dúvida alguma o apreço que já tinha por V.Ex^a redobrou. A Bahia, com certeza, tem hoje um parlamentar coeso que sabe fazer a oposição coerente em prol do desenvolvimento do nosso povo. Falo isso como deputado que integra o apoio ao nosso governador Jaques Wagner, mas em todos os meus momentos aqui tenho destacado que nós, 63 parlamentares, precisamos ter coerência para defender os anseios do nosso povo.

Acompanhei pela imprensa e recebi a informação de que na coluna muito lida e respeitada do conceituado jornalista Samuel Celestino saiu uma nota relacionada a esta Casa e ao pleito que se aproxima, a eleição para presidente da Assembléia Legislativa. O texto, sobre um outro companheiro daqui que está postulando se tornar presidente deste Poder, o deputado Elmar Nascimento, diz:

(Lê) *“O deputado republicano Elmar Nascimento talvez não esteja blefando quando garante que tem voto para se eleger presidente da Assembleia Legislativa. É prematuro para afirmar qualquer coisa, mas o pêndulo político está a favorecer o deputado do PR, na medida em que recebeu apoio oficial do DEM, do PMN e, provavelmente, esse será o caminho do PMDB...”*

Não quero falar em relação aos outros partidos, pois não é a minha casa, mas sim sobre a sigla do meu partido, o PMN. Como deputado estadual e único parlamentar do PMN nesta Casa, não tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, definido qualquer compromisso para a próxima eleição a sua Presidência. Tenho um respeito muito profundo pelo nosso deputado Marcelo Nilo. Fui seu eleitor para presidente e tenho sido procurado também duma maneira muito elegante e muito democrática, da mesma forma como o fui pelo nosso querido deputado Gildásio Penedo.

Não quero em momento algum imaginar que essa notícia foi colocada com a permissão do nosso querido deputado Elmar Nascimento. Em momento algum, porque tenho muito respeito por ele. No entanto precisava não apenas em meu nome, mas também no do nosso deputado federal Uldurico Pinto, que representa o PMN na nossa Bahia...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Concedo o aparte ao nosso querido deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Quando li a matéria pela manhã, vi que ia lhe causar algum constrangimento e que foi um erro do jornalista.

Na verdade, penso que ele gostaria de se referir ao PTN. PTN, mas colocou o nome deste grande e aguerrido partido, o PMN. Com certeza o deputado Elmar não teve qualquer participação na nota nem quis causar qualquer constrangimento a V.Ex^a.

Como o PTN expressou o apoio ao deputado Elmar e o PMN já tinha expressado ao deputado Gildásio, então o jornalista com certeza se equivocou. Mas para nós do PTN é uma honra sermos confundidos com o partido que V.Ex^a integra.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Da mesma forma, meu querido deputado João Carlos Bacelar. Eu tenho respeito, como disse, por todos os parlamentares desta Casa, realmente é uma situação muito delicada para todos nós, mas precisamos escolher, ter o poder da escolha. Agora, em momento algum, inclusive quero aqui de público dizer, no instante em que fui procurado pelo deputado Gildásio Penedo, até quando ele colocava: a sua postura foi muito elegante, deputado... A partir do momento que o deputado Getúlio Ubiratan disse: esse é o meu candidato, não há necessidade nem de fazer a votação secreta, é para se divulgar e assim por diante.

Logicamente que na democracia temos que saber respeitar todos aqueles que estarão participando, o nosso querido deputado Marcelo Nilo, candidato à reeleição, o deputado Elmar Nascimento, todos que estão participando de uma maneira muito democrática do início desse pleito que irá culminar, tenho certeza, para que se sacramento novamente uma vitória da democracia política desta Casa.

Portanto esclarecido o fato, e eu precisava fazer isso através deste plenário, não apenas em meu nome, mas, repito, em nome do nosso querido deputado federal Uldurico Pinto que nos representa em Brasília com a sigla do PMN.

Concluo, Sr. Presidente, destacando que ontem, o deputado Heraldo Rocha relacionou o número de cidades que estão sem delegados. Não está sendo diferente na nossa região no Extremo Sul. Tenho brigado, cutucado, pela segurança da nossa região, do Extremo Sul da Bahia, como aqui notamos a presença de defensores públicos, da mesma forma que temos também brigado...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Concluirei.

(...) para que a Defensoria Pública da nossa região, do Extremo Sul, tenha o crivo do respeito mais árduo, mais forte também por parte do nosso governo. Ainda retornarei nos próximos pronunciamentos para fazer relatório a respeito da nossa situação de insegurança que continua realmente preocupando a nossa região, bem como com relação à Defensoria Pública do Extremo Sul da Bahia.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar ou representante do PMN para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará o deputado Rogério por 5 minutos e o deputado João Carlos Bacelar pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores que hoje compõem as galerias, Srs. da Imprensa, nobre Líder do Democratas, deputado Heraldo Rocha. Se não me falha a memória, aproximadamente 4 meses atrás, V.Ex^a, juntamente com o deputado João Carlos Bacelar, esteve visitando a Fonte Nova e lá, V.Ex^a pôde constatar a situação

degradante em que se encontra o Ginásio Antônio Balbino, o Balbininho.

Acompanhamos a tragédia da Fonte Nova e já faz um ano daquela fatalidade. Desde aquela época, o governo decidiu fechar as portas do Balbininho argumentando que o mesmo precisava de uma reforma. Ocorre que já se passou um ano. É a única praça pública, deputado Heraldo, para a prática de esporte amador do nosso Estado, com capacidade para receber competições nacionais e internacionais e, lamentavelmente, o governo não toma nenhuma providência. Pior do que o Pituaçu, porque Pituaçu, que é a grande obra do governo Jaques Wagner, é um escândalo. Uma obra orçada inicialmente em 25 milhões de reais, já está consumindo mais de 60 milhões de reais, boa parte desse recurso sem licitação, com fracionamento de licitação com o objetivo de burlar as modalidades licitatórias, mas com o Balbininho é pior, porque não se toma nenhum tipo de providência. Nós, e aí eu convido também o deputado João Carlos, iremos propor a formação de uma comissão composta pelos Srs. Deputados para visitar o nosso querido Balbininho. Enquanto isso, estamos a recorrer – e isso é uma vergonha – a ginásios de esportes no interior do Estado. Paulo Afonso...Estamos tendo que recorrer, deputado Paulo Rangel, as federações estão recorrendo a ginásios como Paulo Afonso, e até mais, nós iríamos perder o campeonato mundial feminino de handebol se o prefeito de Camaçari não tivesse a iniciativa de construir um ginásio com capacidade para cinco mil pessoas.

Então, isso é uma vergonha. Temos que tomar uma providência. Uma cidade do porte de Salvador, uma das maiores capitais do nosso País, as federações, os esportistas amadores não poderem contar com um ginásio de esporte para a prática de diversas modalidades... Realmente, é lamentável.

A nossa assessoria providenciou tirar algumas fotografias (exibe fotos) – talvez a distância não permita, mas farei chegar às mãos de todos os parlamentares o estado de abandono em que se encontra o nosso querido Balbininho.

Eu gostaria, Sr. Presidente de dizer que retornarei daqui a pouco para tratar de outros assuntos e aproveitar o gancho do discurso do deputado que me antecedeu para elogiar o comportamento do nosso Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, que pleiteou, até recentemente, ocupar a presidência deste Parlamento, mas, de forma também elegante, retirou sua candidatura. Quero dizer-lhe deputado Gildásio, que todo o trabalho desenvolvido ao longo desses dois anos, ou melhor dizendo, ao longo de toda a sua trajetória política, tenha certeza de que os baianos têm acompanhado de perto, têm acompanhado passo a passo e o povo baiano jamais deixará de reconhecer seus grandes préstimos, o grande trabalho que V.Ex^a tem desenvolvido em prol do povo baiano, em particular o tempo em que ficou à frente da Liderança da Oposição na Assembleia Legislativa.

Concluindo, Sr. Presidente, uma Oposição diferente da Oposição do passado. Uma Oposição não raivosa, uma Oposição não sectária, uma Oposição que toda a Bahia reconhece, toda a Bahia sabe que é uma Oposição diferente que tem marcado sempre posição, mas em todos os momentos jamais votando contra os interesses do povo da Bahia.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados diversos organismos internacionais têm avaliado que os efeitos da crise econômica mundial estão cada vez mais próximos do Brasil. E na Bahia, tudo continua como antes, Sr. Presidente. Não se vê uma medida do governo do Estado para blindar a economia baiana dos efeitos dessa crise. Pelo contrário: o que se vê na Bahia é uma gastança. O que se vê na Bahia é um crescimento da máquina pública. O que se vê na Bahia é o governador anunciar que está num “mar de almirante” e que a economia baiana iria crescer.

O IBGE divulgou dados sobre a indústria brasileira, ontem, apontando queda do emprego em novembro no maior ritmo dos últimos cinco anos. Desde de 2003 não temos índices tão ruins na questão do emprego industrial como aconteceu no mês de novembro. Segundo o IBGE, o emprego caiu 0,6% em novembro. A maior queda, como eu disse, desde outubro de 2003.

A indústria baiana, aí é que começamos a chamar a atenção: se a indústria brasileira perdeu postos de trabalho no mês de novembro, a indústria baiana teve uma performance pior ainda, deputado Heraldo Rocha. Diferentemente dos governos anteriores quando a indústria baiana crescia a ritmos 100% maiores do que a média nacional.

Se em novembro de 2008 a queda no emprego na indústria brasileira foi de 0,6%, a Bahia teve índices bem piores do que a média nacional. A FIEB aponta uma redução no mês de novembro de 1,3% na oferta de trabalho na indústria de transformação. Um exemplo disso é o Grupo Suzano, que tem uma fábrica de celulose no município de Mucuri. Anunciou a demissão de 66 trabalhadores diretos e ainda suspendeu o contrato de 180 trabalhadores terceirizados.

Esses são reflexos da crise diretamente na economia da Bahia. Vamos perder quantos empregos mais no Estado até que o governador se convença de que a crise é real e grave? Não se vê uma iniciativa do governador do Estado para brindar a economia baiana e evitar que esses graves reflexos da crise econômica internacional afetem os postos de trabalho em nosso Estado. O governador tem tempo de passar uma manhã na Praia de Inema, discutindo as questões da Faixa de Gaza, uma manhã inteira! Mas até o momento não se viu do Sr. Governador uma iniciativa para proteger a economia baiana.

O que o governador tem atraído de investimentos para a Bahia foi fruto de investimentos do trabalho do governador Paulo Souto! Nada que se possa atribuir à vontade, ao trabalho ou ao planejamento do governador Wagner. Desde o ano passado, deputado Heraldo Rocha, vínhamos denunciando desta tribuna que o governador ignora solenemente a crise. O governador não teve nenhum cuidado de rever a sua programação orçamentária! A peça orçamentária que ele mandou para esta Casa em setembro do ano passado foi o mesmo projeto de lei que esta Casa aprovou

nos últimos dias de dezembro! A Bahia vive hoje, e tem um governador que incentiva isso, apenas do folclore, apenas da perfumaria, porque medidas concretas, estruturantes, não são tomadas por esse governo que beira em suas ações as raias da mediocridade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou representante do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes: Sr. Presidente, falarei por 3 minutos e o deputado Capitão Tadeu falará por 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, delegados, defensores públicos, demais segmentos que estão aqui na Assembléia Legislativa, quero inicialmente, deputado Bacelar, dizer que o discurso de V.Ex^a está completamente descasado da realidade, não está sintonizado com a realidade objetiva.

E no que pese a crise mundial, que não é crise nossa, não é crise do Brasil, na realidade, ela estourou nos Estados Unidos, maior potência militar e econômica do mundo que, no que pese o seu PIB de 13 trilhões de dólares, acumula uma dívida externa de 11 trilhões de dólares e atravessa a sua maior crise econômica, ética e moral da história. Essa crise dos Estados repercute no mundo inteiro e, evidentemente, no Brasil, mas é completamente diferente, se essa crise estourasse há 6 ou 8 anos, a situação do Brasil seria catastrófica, e a da Bahia também.

No entanto, nobre deputado Bacelar, o Brasil está atravessando essa crise com muita tranquilidade, reduzindo as desigualdades sociais, e a Bahia também atravessa essa crise registrando a maior safra de grãos de todos os tempos. A produção agrícola baiana quebrou recordes em 2008, com a maior produção de todos os tempos, com a marca de 6 milhões e 300 mil toneladas de grãos em uma área superior a 2 mil e 700 hectares. Portanto, o discurso de V.Ex^a está descasado da realidade. As exportações baianas batem recorde, no que pese a crise mundial, ao alcançar 8,7 bilhões no ano passado, superando em 17,4% o resultado de 2007.

O trabalho que vem sendo feito é muito sério, são medidas estruturantes em várias áreas, a população rural não tinha acesso à água e, hoje, já foram beneficiadas 1 milhão e 500 mil pessoas com o Programa Água para Todos, há geração de empregos, portanto, a Bahia e o Brasil atravessam essa crise mundial com muito trabalho, muita determinação, muita seriedade e muita competência.

Portanto, o discurso de V.Ex^a está completamente descasado da realidade objetiva dos fatos.

Essas eram as colocações que gostaria de fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu, pelo tempo de até 7 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários, povo baiano, Srs. Procuradores do Estado, quero manifestar a minha opinião com relação ao pleito dos procuradores do Estado, no sentido de que o projeto que contempla com 80% previstos pelo governo do Estado no projeto para a remuneração dos procuradores do Estado a título de honorário de sucumbência, entendo que é ilegal, porque uma lei federal que trata do Estatuto da Ordem dos Advogados já estabelece que os honorários de sucumbência pertencem ao advogado e não, ao Estado. Portanto, é ilegal o projeto do governo do Estado que diz que 80% dos honorários de sucumbência seriam para o procurador do Estado e 20% para o Estado. Desde já fica aqui registrada a minha posição e o meu apoio à categoria dos procuradores do Estado.

Senhores, sou obrigado neste momento a fazer referências ao que disse o deputado Javier Alfaya. Ontem ele fez um pronunciamento, ele não está presente e eu não gostaria de fazer este comentário na ausência dele, mas não posso perder a oportunidade de falar, agora é o momento de eu replicar o que ele disse ontem. Ele também fez um comentário quando eu estava ausente, então, pelo princípio da reciprocidade, sinto-me no direito de replicar o deputado mesmo estando ausente, embora as taquígrafas e a TV Assembleia tenham registrado a minha fala e estão registrando, o gabinete dele está acompanhando, e eu me sinto à vontade porque sei que ele também está acompanhando o meu pronunciamento.

No dia de ontem, o deputado Javier Alfaya, que deveria estar desatento no Plenário, não deveria estar prestando atenção ao que acontecia no Plenário, me acusou de ter dito que o secretário da Segurança Pública ficava feliz quando morria um policial. Foi leviandade do deputado Javier Alfaya, foi desatenção dele ao meu discurso, porque o meu discurso está registrado pela *TV Assembleia* e pelas taquígrafas, é por isso que eu digo que ele estava desatento. Mas não caberia a um deputado estadual, neste Plenário, subir à tribuna para falar sobre algo que desconhecia.

Portanto, foi leviandade do deputado Javier Alfaya. O que eu disse, repito alto e bom som. É que o secretário da Segurança Pública recebeu no mês de agosto um documento do gabinete do governador, encaminhado por este deputado, Capitão Tadeu, apresentando 52 propostas para preservar a vida dos policiais no Estado da Bahia. No momento em que muitos policiais estavam morrendo, fizemos um estudo técnico e apresentamos 52 propostas para melhorar a segurança, a vida dos policiais civis e militares.

Entreguei o documento no gabinete do governador em novembro, o governador mandou-me um aviso por escrito de que o havia encaminhado ao secretário da Segurança Pública. Passou o mês de novembro, de dezembro, estamos em janeiro e o secretário da Segurança Pública sequer fez uma ligação para mim sobre aquela proposta. Ignorou-a solenemente. Eu disse aqui ontem que aquilo era um acinte a um deputado, que era uma falta de respeito a esta Casa Legislativa e que eu, mesmo

sendo da base do governo, não iria me calar. O secretário da Segurança Pública tem que zelar pela segurança de todos inclusive de seus subordinados.

E eu não sou subordinado aos deputados, ao secretário para ter que engolir cara feia, para ter que engolir seus caprichos nesta Casa. Fui eleito exatamente para responder aos anseios da sociedade com dignidade, com altivez, e é o que estou fazendo.

Disse ontem ainda que o secretário ao se comportar daquela maneira deixava transparecer que ele não se importava com a vida dos policiais, que ele tratava a vida dos policiais como a de um cachorro qualquer. Em momento algum usei a expressão que o secretário fica feliz por isso.

Isso está registrado aqui, e eu desafio o deputado Javier Alfaya a me apresentar o discurso com as palavras que ele usou. Agora, o deputado Javier Alfaya foi muito célere, foi muito rápido em procurar o 3º escalão do governo para ficar levando adiante, passando adiante informações do Parlamento. Não sei com que interesse o deputado Javier Alfaya quis procurar o 3º escalão do governo para ficar entregando os colegas. É lamentável que um deputado se comporte assim nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 8 min.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel

pelo tempo de 8 min, no horário do PDT.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Neusa Cadore, companheiros e companheiras da imprensa, companheiros e companheiras defensores públicos, venho a esta tribuna, neste momento, Sr. Presidente, para entrar nessa discussão que vem sendo feita já de forma exaustiva, que diz respeito a não-incorporação de gratificação aos salários dos futuros funcionários do Estado, após os mesmos virem a completar mais de dez anos exercendo uma função gratificada.

Queria dizer que logo de início tive algumas dúvidas em relação a essa proposta, ainda continuo tendo, até porque entendo que podíamos procurar um ponto de equilíbrio e trabalhar uma incorporação, talvez, na média, mas tenho dúvidas e quero deixar bastante claro.

Sr. Presidente, quero colocar-me em relação à necessidade de modernização dos planos de carreira dos funcionários do Estado, que se encontram hoje totalmente ultrapassados e que precisam ser revistos, a partir de uma visão mais moderna, o que requer maior aprofundamento.

Nós não podemos, de forma alguma, no mundo de hoje, deixar de perceber que é importantíssima a remuneração do funcionário, ela está vinculada ao seu papel e à sua importância no processo produtivo. Assim como nós sabemos que a gratificação,

além de ser um incentivo, ela tem que ser vista como uma gratificação a partir da responsabilidade exercida por aquele funcionário.

Mas é necessário que os planos de carreira, planos de cargos e salários, tenham como principal alvo, neste momento, a importância da remuneração; ela está atrelada à competência adquirida. Assim como no entendimento administrativo moderno, não podemos conceber, deputado Luiz de Deus, que o trabalhador só cresça salarialmente quando ele venha ser chefe, quando ele venha ser gratificado.

Entendemos que o crescimento funcional deve se dar em y, até porque temos excelentes técnicos exercendo carreiras nas empresas estatais e no funcionalismo público estadual, e muitas vezes esse companheiro não exerce a liderança, não tem o temperamento mais adequado para se tornar um gerente. E apesar da sua competência, de, muitas vezes, ser um homem da prancheta, um homem importante para o desenvolvimento das atividades, ele não cresce, ele fica paralisado.

Assim como, também, nós sabemos que o Estado não pode ficar à mercê da vontade política do governador, do secretário, do chefe de departamento de plantão. Nós temos que ter processos de crescimento que estabeleçam critérios rígidos e claros para que não ocorra, e eu vou deixar bem claro, a trambicagem que ocorria anteriormente, quando, muitas vezes, alguém exercia uma atividade com uma gratificação bem baixa, deputada Neusa, e quando estava próximo de se aposentar dava-se um jeito para que essa pessoa fosse para um cargo de gratificação maior e, ao se aposentar ou depois de 10 anos, tivesse essa remuneração incorporada a seu salário.

Então, quero colocar que é falso e se mostra muito pequeno esse discurso de dizer que queremos acabar com a estabilidade econômica e financeira dos futuros funcionários do Estado. Isso não é verdade! Isso é pensar pouco! Isso é não estar atualizado! Nós sabemos o quanto, às vezes, a máquina pública passa a sofrer desgastes a partir do momento – e isso não é só na Bahia –, infelizmente, em que alguns funcionários já se sentem, a partir de 10 anos, totalmente contemplados do ponto de vista daquilo que poderiam adquirir salarialmente.

Portanto, eu acho que esse projeto tem que ser bem discutido aqui, não pode ser só discursivo. Nós temos que aprofundar, realmente, a análise em relação a ele, até porque esse tipo de procedimento já acabou em, praticamente, todos os estados do País, e o governo federal, inclusive, não o aplica mais.

Portanto, o discurso daqueles que estão dizendo aqui que se pretende acabar com a estabilidade econômica e financeira dos funcionários públicos futuros é, perdoem-me, senão pequeno, é um discurso impensado, um discurso não aprofundado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Falará por todo o tempo o deputado José Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado José Nunes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi, aqui, o nobre deputado Paulo Rangel falar sobre a questão da estabilidade do servidor público. O governador Jaques Wagner teve a coragem de mandar um projeto para esta Casa justamente na convocação, quando, certamente, não haveria tempo para uma discussão maior sobre o tema, que é de grande importância, complexo.

De forma, nobre deputado Paulo Rangel, que, honestamente, não podemos concordar com esse projeto, que já foi alvo de manifestação de vários deputados, inclusive da Bancada do governo, como o deputado Tadeu Fernandes, que ontem esteve aqui, nesta tribuna, falando sobre essa questão. Ele disse taxativamente que não havia governo que o fizesse votar em tal projeto, porque, na verdade, isso representaria se acabar com uma conquista do trabalhador do Estado.

Não é possível que a Constituição estadual permita que haja estabilidade econômica do servidor público após 10 anos de serviços prestados num cargo e de repente ela seja perdida tirando, sim, o estímulo de todo trabalhador para ocupar um cargo de confiança e melhor servir ao Estado.

De forma, nobre deputado Paulo Rangel, que tenho a impressão de que V.Ex^a, no íntimo, no âmago do seu coração, certamente não concorda com este projeto, que é esdrúxulo e representa verdadeiramente um estupro ao servidor público estadual da Bahia.

Não acredito que de sã consciência algum deputado, mesmo aqueles que mais defendem o governo Jaques Wagner nesta Casa, como V.Ex^a, tenha a coragem de votar com o coração e a razão tendo a certeza de que estaria fazendo um grande negócio em prol dos servidores do nosso Estado.

Não podemos, nobre deputado, acreditar que essa prática seja trazida a esta Casa Legislativa e ela, pela maioria dos Srs. Deputados, por dois terços, aprove tal projeto. Certamente vamos ver dentro de poucos dias, se o governador Jaques Wagner não tiver realmente a coragem de retirar esta proposta, um projeto do governo estadual derrotado neste Legislativo. Inclusive não é por dois terços, não. É pela grande maioria dos Srs. Deputados que compõem este Poder.

De forma que fica aqui mais uma vez o nosso repúdio a este projeto, que na verdade não contribui em nada para melhorar o serviço público do nosso Estado. Este é um ponto com o qual verdadeiramente não podemos concordar de forma nenhuma. E honestamente não esperava, nobre deputado Luiz de Deus, que o governador justamente na convocação extraordinária mandasse um projeto deste porte. Aí quero...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ NUNES:- Está inscrito.

(...) novamente dizer que acredito que os deputados ligados à base do governo deveriam, em vez de fazer discursos, nobre deputado Heraldo Rocha, defendendo o governo na questão deste projeto esdrúxulo que tira a estabilidade do servidor público, apelar nesta tribuna ao governador para que o retirasse. Certamente ele iria

servir muito melhor aos baianos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Com um aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado José Nunes, agradeço o aparte e quero dizer que o governo sindicalista do Exmº Sr. Governador Dr. Jaques Wagner usurpa, destrói o sonho do servidor público, no art. 39 da Constituição do Estado, com esta PEC.

Há pouco recebi, atendendo os auditores da saúde, um telefonema de um servidor público dizendo “Deputado, defenda os nossos interesses”, porque o projeto de lei 17... Não tenho o número na cabeça. Se dum lado atinge o novo servidor tirando-lhe a estabilidade econômica, por outro lado também corrói a de quem já tem, o que é mais grave!

Por sinal, liguei para o jornalista Levi Vasconcelos, meu particular amigo da coluna *Tempo Presente*, que hoje escreve sobre o assunto, e disse-lhe que não estava correto naquilo que afirmou. Porque, na verdade, o projeto da PEC, tudo bem. Mas não é tudo bem porque não vamos votar. Votaremos contra! E também não vamos assinar dispensa de formalidades, porque isso destrói o servidor público, toda a história dele! Agora, o projeto de lei ainda é pior. Ele retira... Começa a corroer o salário porque não o nivela pelo índice do cargo ocupado.

Muito obrigado.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Incorporo o aparte de V.Exª ao meu pronunciamento e quero terminar dizendo que não tenho dúvida nenhuma de que este projeto não vai passar aqui porque não terá condições de receber o voto de 2/3 desta Casa.

Acredito, nobre presidente, que não terá nem a maioria simples dos deputados, até porque deputados da Base do governo já se manifestaram nesse sentido. Tenho a impressão de que a grande maioria dos Srs. Deputados que formam a Base de sustentação do governador Jaques Wagner não têm esse entendimento, não têm a certeza de que esse projeto seja bom para os servidores.

Não é possível que um servidor depois de 10 anos ocupando cargo de confiança, muitas vezes ocupando com muita decência, prestando grande serviço ao Estado, possa retornar ao salário inicial que muitas vezes representa 1/3 do salário que ele vinha recebendo ao longo de 10 anos, ferindo a Constituição do Estado, ferindo também o princípio familiar porque esse servidor, certamente, depois de 10 anos, acostumado a ter um padrão de vida, a ter um orçamento em cima de um salário, voltaria a receber 1/3, prejudicando assim o que lhe é mais sagrado que é a família, o orçamento familiar. Ele teria que renunciar a uma série de despesas da família como tirar os filhos da escola, deixar de ter o seu carro próprio, enfim, deixar de ter o padrão de vida a que ele estava acostumado, há 10 anos, porque o nobre governador Jaques Wagner, se assim podemos chamar, resolveu tirar a estabilidade do servidor público.

De forma, nobre Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto esperando que o governador Jaques Wagner tenha sensibilidade suficiente para retirar esse projeto desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 4 minutos, o deputado Bira Coroa e, por 5 minutos, a deputada Neusa Cadore.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores servidores desta Casa, senhores da imprensa, senhores visitantes, especialmente os representantes dos delegados, do Ministério Público, faço uso da palavra neste momento, primeiro, para destacar mais uma vez a importância desta convocação extraordinária para esta Casa.

Ao longo de 2 semanas, sofremos ataques, questionamentos, exposição na imprensa, mas a cada dia e a cada momento nos convencemos da necessidade e da importância desta convocação extraordinária. Talvez, pela primeira vez na história desta Casa, acontece uma convocação extraordinária com tamanha intensidade e participação da sociedade, quanto neste momento.

Do primeiro dia até o dia de hoje, desta convocação extraordinária, esta Casa foi aquecida pelas organizações, pelas instituições sindicais, por entidades de classe, que vêm fomentado debates, discussões, intervenções, na estrutura e na consolidação de projetos estratégicos para as diversas categorias.

Já tivemos aqui a presença da Polícia Civil em todas as suas representações, os delegados, os agentes, os peritos e escrivães. Tivemos, hoje pela manhã, com os representantes de transporte alternativo de todo o Estado. Tivemos, no dia de ontem, com representantes de diversos setores da saúde. Tivemos, nesta Casa, com representantes do ensino superior estadual e ainda muitas outras categorias que deverão estar passando por aqui para debater, discutir, intervir e fazer valer os passos e os direitos desta Casa como a Casa do Povo.

Então, esta convocatória não apenas aprova um conjunto significativo de projetos, porque são 25 projetos de autoria do Executivo estadual, mas, sim, esta Casa está estruturando e reestruturando, nobre deputado Heraldo, o funcionalismo público estadual, pois mais de 60% desses projetos dizem respeito à estruturação das categorias dos servidores públicos do nosso Estado. Não é apenas por este aspecto, mas também por estar sendo aqui o palco de fechamento de um conjunto de ações, debates e construções conjuntas elaboradas a partir da mesa de negociação que é também uma grande conquista da sociedade baiana implementada pelo governo Wagner.

Por isso, nobre presidente, uso este espaço para reafirma a importância desta convocação e para destacar a importância de um governo popular comprometido com o avanço de nosso povo e com a estruturação de nossa sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA COROA:- E o governo Wagner tem respondido com seriedade,

compromisso, respeito e valorização às categorias, em especial, à categoria dos servidores público de nosso Estado. Não tenho dúvidas de que este período entra para a história de nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concluindo.

O Sr. BIRA COROA:- Concluindo, Sr. Presidente.

Retrata que as categorias de servidores públicos, após este período, já não serão mais as mesmas, pelo menos reafirmam a dignidade e o respeito a exemplo da votação de ontem da Lei Orgânica que estabelece e regulamenta as ações da Polícia Civil de nosso Estado dentre outras que, aqui, eu poderia estar listando.

Sr. Presidente, agradeço-lhe pela concessão do tempo. Não poderia deixar de registrar a importância desta convocação e de ter um governo comprometido com as ações de nosso povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, a deputada Neusa Cadore.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, defensoras e defensores presentes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, eu gostaria de, neste momento, nesta tribuna, registrar a satisfação e a alegria que sinto por uma iniciativa importantíssima de nosso governador Jaques Wagner, que é a construção de um sistema que vai interligar a Barragem de Pedras Altas à Adutora do Sisal.

Foi uma indicação que o nosso mandato fez no ano passado segundo relação que temos com as comunidades que serão beneficiadas. É uma região de mais de 14 municípios onde há manancial que abastece a Adutora do Sisal, que é o rio Jacuípe, e que apresenta um elevado teor de cloreto e torna a água imprópria para o consumo humano. Por isso, há uma enorme rejeição da água hoje disponível pela Embasa.

Como o manancial viabilizador deste projeto, o governo vai captar água do lago formado pela Barragem de Pedras Altas, no Rio Itapicuru-Mirim. É um projeto de grande magnitude, que vai interferir decisivamente no desenvolvimento autossustentável de toda a região. Quero lembrar que hoje, na Bahia, 25 municípios do Estado respondem por 72% da produção da riqueza, enquanto que 172 municípios, exatamente a maior parte no Semi-Árido, gera apenas 5% do PIB estadual, de acordo com estatísticas da SEI.

O Semi-Árido baiano é uma região muito importante, que ocupa um território de 360 mil quilômetros quadrados e representa 64% do território baiano, sendo 51% de toda a região do Semi-Árido do Nordeste, onde vive quase a metade do povo baiano. E essa população, que vive em 258 municípios, é exatamente aquela que apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Humano. Por isso nós nos preocupamos e pedimos o apoio institucional do governo do Estado no sentido do fomento.

A partir do desenvolvimento desse novo sistema, diversas derivações vão partir da adutora do sisal e vão atender aos municípios de Capim Grosso, São José do

Jacuípe, Capela do Alto Alegre, Pintadas, que é o meu município, Gavião, São Domingos, Ouro Verde, Santa Rita do Valente, Nova Fátima, Barreiras, Terra Branca, Peões, Pé de Serra, Tabuleiro de Santo Agostinho, Riachão do Jacuípe, Chapada, Ichu e Candéal.

Cumpra aqui registrar que vai acontecer um impacto muito positivo, beneficiando cerca de 170 mil habitantes, e que esse impacto se insere no esforço do governo de fazer, nos próximos anos, com que o acesso à água seja garantido a um número de pelo menos 3 milhões e meio de baianos.

Então, estamos aqui parabenizando o governo do Estado e comemorando essa iniciativa importante, que já no primeiro ano do programa fez a água se tornar uma realidade para mais de um milhão de pessoas. Sabemos que estão previstas, além da construção de cisternas, de barragens, de extensão de redes da Embasa, outras obras importantes na área de saneamento. A Bahia tem programado um total de 253 obras que vão beneficiar a cerca de 300 municípios baianos. Então, queremos agradecer essa iniciativa do governo do Estado, em nome de toda essa região inserida no território do Jacuípe, e parabenizá-lo por esse programa revolucionário que é o Programa Água para Todos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos. Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou do PMDB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 9 minutos, o deputado Sérgio Passos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o grande deputado Sérgio Passos pelo tempo de 9 minutos. Deputado, ex-prefeito de Caldeirão Grande, vizinho a Saúde. Um dia, quem sabe, poderá ser prefeito de lá.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Com certeza. O que muito me orgulhará, porque lá nasci. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é com satisfação que volto mais uma vez à tribuna, em primeiro lugar para falar da questão da BR 242.

Há poucos dias aqui estive solicitando ao diretor do Dnit, o Sr. Saulo Pontes, a melhoria ou a correção dos buracos que já estavam a colocar em risco muitas vidas naquela estrada. Além do risco natural de quem viaja nas estradas da Bahia e do Brasil, nós tínhamos lá uma série de buracos que colocavam em risco a vida daqueles que trafegam naquela rodovia.

Não demorou muito. Em aproximadamente dez dias, o Sr. Saulo Pontes autorizou e já está sendo feito o reparo de todos os buracos da estrada entre o entrocamento de Tanquinho até Capim Grosso. Passam então, aqueles que a utilizam, sejam ônibus, caminhões, automóveis privados ou de frete, a trafegar com muito maior tranquilidade, assim sendo, salvando muitas vidas, como eu disse aqui, que

seriam...

O Sr. Heraldo Rocha:- Essa estrada seria estadual ou federal?

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Federal. DNIT.

(...) ceifadas, caso isso não fosse feito. Também venho aqui me reportar a uma situação que denunciei há poucos dias. A situação, deputada Neusa Cadore, de Capim Grosso. Venho fazendo continuamente a solicitação, requerendo ao governo que instale em Capim Grosso uma companhia de Polícia Militar, uma companhia independente de Polícia Militar, não só pelo alto índice de furtos e roubos, mas também pelo número altíssimo de assassinatos naquele município.

Há poucos dias, foi assassinado mais um cidadão em via pública e, esta noite, houve um assalto ao Banco do Brasil, em que foi roubado quase R\$1 milhão. Os bandidos foram às casas dos funcionários à noite, invadiram suas casas, levaram-nos até o banco, forçando-os a abrirem o cofre da agência bancária, de lá retirando, segundo boatos, quase R\$1 milhão.

Capim Grosso é um entroncamento, é uma cidade que cresce, é um município que se desenvolve. Por isso mesmo, necessita de uma atenção muito maior na questão da segurança. Sugerimos até os municípios que deveriam ser enquadrados nessa companhia independente, como, deputado Joelson, o senhor que é da região, Gavião, Quixabeira, Mairi, Várzea da Roça, Serrolândia e até Ponto Novo, que está um pouco mais distante, mas que poderia ser tranquilamente enquadrada na circunscrição de uma companhia independente do município de Capim Grosso.

Mas isso tem pouca valia, me parece, no sentido do avanço da melhoria da segurança naquela região. Soube também que poucos serão os recrutas lotados na Companhia Independente de Jacobina, companhia que tem um déficit de quase 150 homens, e só seriam destinados àquele município 30 homens. Continuaremos a viver a penúria na segurança, a penúria na mobilidade da Polícia Militar naquela região de Jacobina.

É necessário, para que se complemente a necessidade de policiamento ostensivo em Jacobina, que é Companhia Independente e é Circunscrição de quase 15 municípios, de pelo menos mais 150 homens. Sei que o governo do Estado não tem condição de alocar esses homens neste instante, mas que coloque pelo menos 70, 80, sendo complementados a partir do próximo concurso, que será efetuado agora no governo Jaques Wagner.

Outro assunto que me apraz foi abordado aqui pela deputada Neusa Cadore. É a questão da adutora que será entrocada na Adutora do Sisal, deputado Joelson. Isso será para mim uma satisfação. Há muito tempo, eu vinha indicando essa situação ao governo do Estado, primeiro, pela necessidade de melhor água para os municípios já atendidos. Segundo, porque a cada dia a salinidade do rio Jacuípe tem aumentado. Praticamente, a água, deputado, no período de seca, é inservível para o consumo humano.

Então, grande atitude, grande benefício, levará o governador Jaques Wagner àquela população beneficiada, seja de Capim Grosso, São José, Mairi, Pintadas, como diz aqui a deputada Neusa Cadore, e também parte do município de Jacobina, porque

serão atendidos, tenho absoluta certeza, o distrito do Junco, o povoado do Paraíso e também o povoado ou distrito de Gonçalves, em Caem, também alcançados por essa adutora.

Devo dizer à deputada Neusa Cadore, parabéns pela indicação, parabéns a todos nós daquela região tão sofrida. Parabéns para aquele povo que agora terá água de qualidade, complementando outro gesto do governador Jaques Wagner, quando traz água da barragem de Itapicuru até Jacobina, beneficiando também quase 150 mil pessoas, deputada. Com isso daí, nós teremos uma grande melhoria na qualidade de vida daquela população. Teremos uma grande melhoria na produção rural. E teremos, antes de mais nada, a fixação do homem no campo. Grande parte dessa água atinge as propriedades rurais daquela região.

É isso que eu queria dizer aqui, deputado Líder Heraldo Rocha, que tão bem conhece a nossa região. Essas duas adutoras serão de grande benefício para o povo carente do Piemonte da Chapada Diamantina e do território do rio Jacuípe. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, obrigado pela condescendência do tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Partido do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da rádio Oposição, internautas que acessam o nosso *site* www.heraldorocha.com.br, fazendo minhas as palavras do deputado Bira Coroa, esta Casa tem vivido momento de efervescência, eu acho fundamental. Ontem, tivemos um dia cheio com um debate sobre saúde pela manhã, à tarde com vários segmentos e com a consolidação da aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, por volta das 10 horas da noite. Hoje pela manhã, eu quero registrar o orgulho do Democratas de ter em sua Bancada o deputado Júnior Magalhães, realizou, por requerimento do mesmo, uma sessão especial, uma audiência pública para tratar do transporte alternativo. Parabéns, deputado Júnior Magalhães, por mais esse avanço, defendendo os interesses dos trabalhadores, cujo projeto de lei – deputado Luiz de Deus estava presente, deputado Pedro Alcântara, V.Ex^a, presidente, e outros parlamentares – nos seus artigos 11, 12, 13, 14, 15, prejudicava sobremaneira os trabalhadores do transporte alternativo.

Mas eu queria voltar a um assunto de que tratei ontem e vou enfatizar hoje nesta fala. A respeito de uma reunião que tivemos, ontem, com os representantes convocados pelo deputado Javier Alfaya, com os representantes dos diversos segmentos do Grupo Ocupacional da Saúde. Ao contrário, com todo o respeito ao que diz o deputado Waldenor, os projetos do governo que têm chegado aqui, se a Oposição não tivesse tomado o cuidado em analisar, através de sua assessoria da

Liderança, particularmente, o Exmº Assessor Aguiar, principalmente os projetos que têm sido enviados pelo governo, nós íamos votar aqui gato por lebre, deputado Luiz de Deus. Nós íamos votar aqui gato por lebre. Eu ainda me pergunto, eu ainda me questiono, se o que ocorreu com o governo ao não conseguir votar nas comissões temáticas os projetos que havia enviado, deixá-los, propositadamente, estrategicamente, acumulados para se ter a convocação extraordinária? Isso é claro, pois são 25 projetos de grande relevância, de grande importância, que mexem com os planos de cargos e salários dos servidores. Teríamos que votar, praticamente, em 30 dias projetos da Procuradoria, da Defensoria Pública, dos auditores, da Saúde e de diversos segmentos na base do rolo compressor.

Felizmente, a Oposição, sob a Liderança do deputado Gildásio Penedo e da nossa Bancada, tem tido o cuidado e o critério de votar – conforme foi acordado pelas Lideranças – apenas os projetos que tinham e têm o aprova dos segmentos dos trabalhadores do funcionalismo público.

Há pouco, recebemos os servidores da Saúde, e disse-lhes que, e tenho o respaldo do deputado Gildásio Penedo, que é o Líder da Minoria, nós não vamos votar hoje o projeto da Saúde. Não há como votar o projeto da Saúde hoje. É um projeto importante, que mexe com uma série de pontos. A nossa assessoria ainda está elaborando, em contato com os segmentos, as emendas. Como vamos votar isso hoje de afogadilho?

Esse projeto da Saúde é importantíssimo, complexo, e não podemos votá-lo hoje.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Com o aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel- Deputado, para não votarmos hoje esse projeto, tem que haver um acordo entre os Líderes do governo e da Oposição, até porque foi acordado, foi pautado ontem para que fosse votado hoje. Não podemos quebrar o acordo até em virtude do clima em que os trabalhos estão transcorrendo aqui, na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Eu que agradeço o aparte.

Com o aparte o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Nobre deputado Heraldo Rocha, como já tínhamos antecipado, hoje não há qualquer possibilidade de votação do projeto do Plano de Cargos e Salários da Saúde, até porque, como já havia sido antecipado, votaremos os projetos que estejam de acordo com os interesses das categorias.

Como esse projeto da Saúde ainda não está acordado para o dia de hoje, iremos votar o projeto relacionado aos delegados, que cria o prêmio – já houve a manifestação da própria presidente da Associação dos Delegados, Drª Soraia Brito. Acabei de falar, há pouco, com ela pelo telefone, que manifestou interesse na votação –; o projeto do ICMS, que estava na pauta da semana passada; e o projeto dos agentes

penitenciários, também de interesse da própria categoria.

Portanto, com relação ao da Saúde, o deputado Waldenor, que já nos colocou a dificuldade, procura o consenso. Sendo assim, ele deverá ficar para a próxima semana, a fim de que possamos encontrar uma solução consensual com relação a essa matéria.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado Gildásio Penedo, V.Ex^a, como Líder da Minoria, já dá a sua posição.

Quero tranquilizar os servidores da Saúde, dizendo que não houve um acordo entre a Liderança da Maioria e a liderança do Governo e que esse projeto da Saúde não será votado hoje, só na próxima semana.

Deputado Líder Waldenor, V.Ex^a quer um aparte? Não vamos mais dar esse trabalho ao nosso Geraldo Mascarenhas, essa figura importante.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Heraldo Rocha, agradeço a V.Ex^a pelo aparte, mas gostaria de destacar ao deputado Gildásio Penedo que o Grupo Ocupacional da Saúde havia sido acertado em reunião no dia de ontem, acordado com o deputado Gildásio Penedo, com várias testemunhas presentes, o deputado Elmar Nascimento, vários deputados que estavam presentes, havíamos acordado na inclusão. Estamos acedendo, naturalmente, às categorias, todas elas, inclusive a da Saúde, para votar resultado do consenso do bom entendimento.

Na verdade, vou-me reunir agora com o pessoal da Saúde porque não estamos com pressa de votar nenhum projeto que não seja devidamente discutido, acordado, resultado do bom entendimento...

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sou testemunha disso, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- (...) com todas as categorias. Então, por esse motivo concordamos com as categorias de deixar para terça-feira que vem para que todos os entendimentos, os diálogos, as conversas sejam realizadas na perspectiva da votação de um projeto mais consensual possível.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Agradeço o aparte do deputado Waldenor que complementa o aparte do deputado Gildásio Penedo. Portanto podemos tranquilizar os servidores da Sesab, da Saúde, que só votaremos esse projeto, se estiver acordado com a categoria, na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 5 minutos e o deputado pastor Ivo de Assis falará pelos 4 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado, grande voz de Paulo Afonso, Sobradinho e de toda a Bahia, Paulo Rangel, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, por

se tratar esta Casa de uma Casa política, eu não poderia deixar de focar esta questão no dia de hoje, até porque estamos prestes a viver dois grandes momentos políticos no Estado da Bahia, um de maior importância; outro de importância relativamente menor, a disputa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e a disputa da UPB.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que temos que modernizar todas as estruturas de poder no nosso País e no nosso Estado, deputado Pedro Alcântara, e temos que modificar, não deixar envelhecer e não tentar, inclusive, deformar aquilo que já não funciona tão bem. Falo da metodologia que se está tentando trabalhar a eleição da UPB. UPB – União das Prefeituras da Bahia – pasmem os senhores, uma manobra regimental da atual direção inclui o voto dos ex-prefeitos.

Ora, não é união dos prefeitos e ex-prefeitos da Bahia...

O Sr. Bira Coroa:- Por procuração.

O Sr. Sérgio Passos:- E ex-prefeito de único mandato.

O Sr. PAULO RANGEL:- Não, o voto dos ex-prefeitos e ex-prefeito de único mandato. Isso é de um casuísmo absoluto. Pior ainda, o voto por procuração, deputado Gildásio. Vai chegar um cara com um saco de votos de prefeito, controlado, talvez comprado. Isso é uma vergonha! É aquilo que Otávio Mangabeira dizia mesmo: diga-me um absurdo que na Bahia existe algo igual ou semelhante.

Eu queria, neste momento, conchamar aqueles que acham que é uma questão de princípio não votar com o companheiro Marcelo Nilo, porque são contra a reeleição, a protestarem contra esse atentado à democracia. Isso é desmoralização. E aí eu queria chamar os atores políticos do Estado, os prefeitos, os deputados, o governador Wagner a não deixarem que os nossos prefeitos eleitos legitimamente participem dessa maracutaia, dessa palhaçada que vai envergonhar a Bahia e nos expor ao Brasil.

O Sr. Sérgio Passos:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Sérgio.

O Sr. Sérgio Passos:- Líder Paulo Rangel, infelizmente, isso é uma realidade na Bahia. Eu que fui membro da UPB, que participei da sua mesa diretora, quando soube dessa “arrumação” – a palavra para isso é “arrumação – fiquei estupefato. Estupefato ainda mais quando eu soube que só poderiam participar da eleição os ex-prefeitos que saíram agora do mandato. E por que os outros não teriam direito, já que são muitos na Bahia? Além do mais, diversos municípios da Bahia, por querelas judiciais, têm mais de um ex-prefeito de último mandato. Qual deles terá o direito de votar? É um casuísmo, é uma deturpação de uma entidade que procura engrandecer o exercício do Executivo municipal e que está entregue, provavelmente, a interesses de poucos que procuram de todas as maneiras, de maneiras irregulares, manterem-se atrelados ao poder.

Infelizmente, como V.Exª disse, já disse Otávio Mangabeira: “Se existe um absurdo no Brasil, pode estar certo de que na Bahia existe um precedente”. E esse é um criado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a, nesta tarde, depois da calorosa reunião que houve pela manhã, traz um assunto importante, faz uma observação que tem que ser levada em consideração. É uma excrescência essa questão.

Recentemente, tivemos a eleição democrática – gostem ou não – nos Estados Unidos que elegeu Barack Obama, e a imprensa pediu-lhe pronunciar-se sobre a questão do conflito na Faixa de Gaza. Ele simplesmente disse: “Um presidente de cada vez, vou reportar-me sobre isso quando presidente for.”

Agora, a União das Prefeituras da Bahia coloca ex-prefeitos imediatos – e o deputado Sérgio Passos tem razão: qual deles? – para votar na escolha de uma mesa diretora. Isso é uma estupidez sem tamanho, deputado Paulo Rangel.

Parabenizo V.Ex^a por trazer a esta tribuna, embora com muitos projetos importantes, essa questão para ser debatida. Bloquear essa questão... Qual o interesse? Qual o controle... é uma entidade que tem que estar evoluindo no processo da administração, orientando, e coloca uma situação esdrúxula, uma excrescência, inadmissível... Não sei qual é o adjetivo para qualificar tamanha estupidez que se colocou nas decisões políticas da Bahia.

Parabéns a V.Ex^a por trazer esse assunto, e endosso suas palavras com relação a essa questão.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e o aparte do deputado Sérgio Passos.

O Sr. Bira Coroa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Nobre deputado Paulo Rangel, sem dúvida alguma esse tema merece ser debatido com mais ênfase...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Paulo Rangel, lamento informá-lo que o tempo de V.Ex^a está literalmente esgotado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Todos os presidentes antes de V.Ex^a têm sido muito pacientes com outros, mas comigo está sendo de uma rigidez... Para concluir, vou passar a palavra para o deputado Bira, só para contemplar o deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Vou ser muito breve, nobre presidente.

Basta dizer que é um absurdo; é rasgar toda a construção da democracia. A União das Prefeituras não pode ser representada da forma como foi ontem a regulamentação de alguns ex-prefeitos para se credenciarem a votar. Ontem foi denunciada a “mão no saco.” Sabe o que quer dizer isso, nobre deputado Paulo Rangel? É que chegavam algumas pessoas com um saco – com nomes prefeitos e prefeituras – para regulamentar, com uma quantia absurda de R\$ 100,00, uma procuração e a regulamentação de um possível eleitor. Um absurdo! Porque esse saco que ora foi adentrado por uma mão para a regulamentação é o mesmo que provavelmente irá definir a condução de uma organização que por si só deve ser íntegra, pois vai representar as prefeituras dos municípios do nosso Estado.

Parabéns, deputado, pelo pronunciamento de hoje.

O Sr. PAULO RANGEL:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Concluindo, Sr. Presidente, com sua permissão, só queria colocar mais um absurdo! Imaginem vocês: o prefeito é derrotado. Ele é politicamente adversário do outro. Votam os dois! Chega lá, votam os dois! Voto por procuração! Voto por procuração! Volto a frisar! Não é associação de ex-combatentes de prefeituras, não. É de prefeitos. Ex-combatente é ex-combatente! Mas fazem uma associação de ex-combatentes de prefeituras!

Não dá para tratar a política dessa forma no nosso Estado, deputado Luiz de Deus, V.Ex^a que é um homem de seriedade incrível e não deve estar concordando com esse projeto estapafúrdio implantado na UPB e que estamos questionando politicamente. Acredito, deputado Sérgio Passos, que em permanecendo o processo dessa forma devemos esvaziar a UPB, e as prefeituras dirigidas por prefeitos sérios constituírem uma outra federação, independente, livre, democrática, moralizadora da atividade pública, e não bagunceira e leviana como a que está sendo formatada nesse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Ivo de Assis pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos acompanham nas Galerias Paulo Jackson, venho a esta tribuna hoje dizer da minha alegria por estar participando deste momento histórico da Assembléia Legislativa da Bahia. Momento ímpar, extraordinário! É o meu primeiro mandato, e tenho o privilégio de chegar a esta Casa e participar da votação da Lei Orgânica da Polícia Civil, que era desejada há 40 anos neste Estado. Participei dela aqui junto com todos os companheiros. E o nosso Líder, deputado Waldenor Pereira, participou muito da negociação para que fosse mantida a autonomia da Polícia Técnica porque foi uma reivindicação que a comissão dos técnicos da Polícia Civil trouxe à Assembleia, pois o projeto original faria com que a Polícia Técnica ficasse subordinada ao gabinete do delegado-chefe, não mais ao do secretário da Segurança Pública.

O nosso Líder, deputado Waldenor Pereira, habilmente conseguiu mobilizar o governo para que fosse modificado o artigo do projeto garantindo essa autonomia. Foi uma grande vitória para a Polícia Técnica do nosso Estado, que continuou autônoma, independente para realizar o seu trabalho.

Quero parabenizar ainda todos os policiais civis que ontem estiveram neste Parlamento fazendo a sua extraordinária manifestação de forma ordeira.

Hoje pela manhã tivemos a participação de pessoas ligadas ao transporte complementar, uma reivindicação que igualmente queremos ver aprovada pelo Legislativo baiano. Também nos foi trazida a reivindicação de modificarmos alguns artigos do projeto para não prejudicarmos aqueles que têm realizado um trabalho tão importante no nosso Estado, uma vez que o transporte público não atende à demanda

do nosso Estado.

Existem pessoas que ficam uma hora aguardando, e com o transporte complementar sendo regularizado teremos mais pessoas utilizando o transporte de uma forma regulamentar, sendo atendidas as suas necessidades. É isto que queremos: ver a Bahia vivendo dias melhores, uma igualdade maior, porque, infelizmente, os Estados do Nordeste têm sido caracterizados pela desigualdade social gritante. Mas o nosso governador Jaques Wagner tem procurado realizar um trabalho para diminuir essas desigualdades sociais.

Também o presidente Lula tem feito um grande trabalho social no sentido de diminuir a desigualdade social no nosso País, e isso tudo devemos registrar para que continuemos nesta luta, buscando realmente diminuir as desigualdades, construir a Bahia de todos nós, uma Bahia justa, mais igualitária, uma Bahia onde haja mais oportunidade para todos os baianos, para aquela camada mais carente da nossa sociedade, que, infelizmente, é a grande maioria.

Hoje, o número de carentes, de necessitados, é muito grande, cabendo a cada um de nós, deputados, trabalhar, juntamente com o governador, para diminuir essas desigualdades e promover o bem comum neste Estado, ver o nosso povo vivendo a realidade de um Estado abençoado, de um Estado, onde o povo tenha emprego, onde o povo tenha condições de chegar ao supermercado e comprar a sua cesta básica, o alimento para a sua casa, para a sua família, onde o povo tenha condição realmente de utilizar um transporte público de qualidade.

Cabe a cada um de nós, nesta Assembléia, lutar para que isso tudo se torne uma realidade, e o nosso governador, com toda certeza, está trabalhando nesse sentido. Por isso estamos aqui trabalhando junto com o nosso governador a fim de que esse sonho de todos os baianos venha a se tornar realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Há sobre a mesa um requerimento solicitando, nos termos do artigo 89, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia, apresentado pelo deputado Waldenor Pereira.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa) Aprovado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, é de ordem mesmo. Antes mesmo de elaborar a questão de ordem propriamente dita, vou fazer mais um comentário, porque os absurdos estão se somando.

Hoje, no almoço, e sem demérito algum para a profissão de motorista, encontrei um ex-motorista de um ex-prefeito, que é assessor de um deputado nesta

Casa, que estava muito contente porque vai votar na UPB, e estava a me perguntar se queríamos conversar.

Mais absurdo ainda, Sr. Presidente, é que já há negociação com candidatos a deputados, e aí vou me preservar, com a proposta de trocar cinco ex-prefeitos por um prefeito eleito para apoiar na próxima campanha de deputado. Isso é uma verdadeira bagunça.

A Revolução de 1930 extinguiu o voto por procuração, acho que esta Casa Legislativa não pode ficar calada diante de tamanho absurdo. Acho que temos que tirar aqui um documento consensual, consensual, criticando, e eu diria, repudiando esse tipo de atitude. Nós entendemos inclusive...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) que a constituição de uma instituição como essa é algo bastante sério e que pode prestar um grande serviço ao Estado da Bahia. Agora, não podemos ficar calados diante de um absurdo como esse. Há pessoas que me parece que vão votar por mais de 10 ex-prefeitos.

O que se está tentando fazer no Estado da Bahia é algo que expõe a Bahia em um patamar de gravidade, para os tempos atuais, bastante perigoso. Volto, neste momento, a enfatizar a necessidade, a oportunidade de esta Casa se manifestar para que tenhamos realmente uma eleição limpa, democrática, que coloque a UPB realmente a serviço das prefeituras da Bahia. E eu queria, desde já, deixar claro que os deputados da Bancada dos Trabalhadores estão dispostos a fazerem todo tipo de esforço para que a UPB venha a ser preservada.

Mas temos uma posição também consensual, discutida hoje pela Bancada do Partido dos Trabalhadores de que vamos orientar os nossos prefeitos a não participarem de mais essa ilicitude. Acho que estão colocando a existência da UPB em risco. Estamos dispostos a encarar qualquer debate, até porque se trata de um debate sobre a moralização da atividade política aqui no Estado da Bahia.

Esse tipo de representação indireta é algo caduco, anacrônico, fora de moda e não pode voltar nos tempos de hoje. Portanto, volto a frisar a necessidade de esta Casa Legislativa vir a se posicionar sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, primeiro, sem querer entrar no mérito da questão da sucessão UPB, confesso que me parece, pelo pronunciamento do deputado Paulo Rangel, um certo tom de choro já de derrotado. As regras estão postas.

Deputado Paulo Rangel, com todo respeito e apreço que tenho a V. Ex^a, como Líder do PT, a memória de V. Ex^a ainda é muito jovem. Embora grisalho, mas é jovem. Há dois anos, tivemos uma eleição similar. Muitos prefeitos votaram por procuração, inclusive houve um candidato à sucessão do próprio PT, salvo engano, o próprio prefeito de Senhor do Bonfim, o Carlos Brasileiro, num enfrentamento com o democrata Orlando Santiago. O método foi semelhante, muitos prefeitos votaram e eu

não tenho dúvida de que uns votaram com Brasileiro, outros votaram o Orlando. E o PT acabou sendo derrotado logo no início da gestão de Jaques Wagner, e realmente me estranha esse seu posicionamento.

Em relação à questão da possibilidade de votação de ex-prefeitos, o Regimento da UBP, acho inclusive que não é o foro apropriado a Assembléia Legislativa para uma discussão dessa natureza. Sou muito atento ao que o governador Jaques Wagner proclama, aliás acredito muito no que ele diz. Ele disse que não vai se envolver em questões da UPB. Então, acredito que V.Ex^a deveria...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) seguir seus conselhos. V.Ex^a, que é liderado, deveria deixar que, efetivamente, o processo se dê na normalidade, os postulantes têm o direito até de renunciar, agora o que não é justo é querer antecipadamente dizer que não vai aceitar o resultado das eleições.

Ninguém é obrigado, e sou um defensor eterno. Ninguém é obrigado a acordar aquilo que não consegue cumprir, sou um defensor disso. O acordado não é caro, deputado Heraldo Rocha e, efetivamente, se as regras estão postas, cabe aos postulantes ingressarem ou não o processo eleitoral. Agora, já querer encontrar uma justificativa para um processo eleitoral, acredito o que isso não faz justiça à história de militância do Partido dos Trabalhadores, que é um partido de luta, é um partido que tem muito fortemente esta característica. Acredito que já isso dá um certo tom de desespero que não combina com o Partido dos Trabalhadores.

Portanto, quero rememorar o passado de luta, deputado Zé Neto, efetivamente as cartas estão postas e vamos legitimamente conferir a uma instituição que tem, não estou entrando no mérito, deputado Zé Neto... Agora, efetivamente, não se pode, inclusive, querer trazer uma discussão que não é desta Casa. Esse foro tem que ser discutido dentro da UPB, com os prefeitos, é essa a participação, é esse o entendimento.

Portanto, não cabe à Assembléia e ao deputado Paulo Rangel querer trazer a tônica desse assunto, parecendo-me - um pouco mais - que há um certo tom de choro de derrotado. Acredito que esta não é a cara do PT.

Muito obrigado.

O Sr. Sérgio Passos:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Bira Coroa. Gostaria de pedir aos deputados que adentrem na questão dos projetos que já estão na Mesa para ser votados. Essa questão da UPB, vamos deixar para outra oportunidade. Deputado Bira Coroa, seja rápido, deputado.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, vou fazer uso dos 5 min, sem dúvida alguma.

Quero chamar a atenção, Sr. Presidente, é lógico que vou usar a questão de ordem, mas não posso me omitir a este debate. Surpreende-me a defesa e a forma com que o deputado Gildásio Penedo tenta levar um debate como este. Primeiro, tentando dizer que este assunto não deve ser debatido nesta Casa. Esta é a Casa que formula leis. Esta é a Casa que tem o papel da fiscalização e do acompanhamento e é a Casa da ressonância, dos interesses da sociedade. Então, não posso aceitar que este

tema, como muitos outros temas não tenham que ser debatidos nesta Casa.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que não é choro de perdedor, porque não ocorreu ainda o fato. Estamos colocando em cima da forma que estamos conduzindo e por militância, por dignidade, por respeito, e pela formação que tenho há mais de 30 anos na militância, jamais vou aceitar fazer de conta ou fechar os olhos para atos ilícitos, para manobras, ou seja, qualquer artifício utilizado para burlar o direito democrático, a vontade e o interesse.

E este processo de criar condições de ex-prefeitos votarem numa mudança de estatuto que sequer foi convocado para tal, foi apenas no que ocorresse em uma assembléia convocada não para esse fim. Pior ainda é garantir que possa valer o voto por procuração. São ações ilícitas, são manobras para tentar garantir a condução de uma instituição que por si só já é séria, mas por essa condução rasga a sua credibilidade e o seu respeito, e é por isso, nobres deputados, que esta Casa não pode assistir a esse ato, não pode se omitir e muito menos colaborar com essa ação.

É por isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, reunida hoje pela manhã, tirou como encaminhamento, como indicativo da Bancada aconselhar todos os prefeitos ligados a nós de saírem dessa sujeira, de irem para essa eleição, e enquanto tentarem manter o voto dos ex-prefeitos e o voto por representação, através de procuração, não devemos participar.

Sou a favor de que, se necessário, se crie uma instituição montada no respeito, na valorização, que possa representar dignamente o interesse dos municípios. Sou municipalista e não posso permitir que uma instituição criada para defender os interesses dos municípios seja usada como instrumento para afirmação de alguns, e é por isso, nobres deputados, que não poderia omitir-me nesse debate, ele tem espaço nesta Casa e deve ser, de fato, conduzido por ela, e que todos os seus pares devem se posicionar contrário a essa situação, indicando e solicitando que a entidade reveja essa posição que não pode ser aceita pela sociedade baiana, porque isso fere os princípios democráticos, rasga os interesses da sociedade e destrói o maior instrumento que a história nos permitiu construir, que é o direito democrático de escolher os nossos representantes, seja nas associações, nos sindicatos, no Parlamento, no Executivo, mas também seja na condução da UPB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Câmara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara:- Sr. Presidente, apesar de achar relevante essa discussão, acredito que pela primeira vez se traz a esta Casa esse problema da UPB, na questão do voto, que é o voto da procuração. Vou discordar dos meus nobres colegas porque essa é uma prática, não vou discutir se é certa ou errada, mas vem sendo feita desde que a UPB existe, quando deixou de ser União das Prefeituras para virar União dos Prefeitos, e nunca houve nenhum problema quanto a isso.

Na questão do voto dos ex-prefeitos, é uma coisa, realmente, de se indagar, mas creio que na medida que houve uma assembléia que legitimou isso e modificou o

regimento interno, do ponto de vista da legalidade não vejo como a gente pode ir contra ou a favor de um assunto que é decisão interna corporis daquele órgão.

Eu conversava com a deputada Maria Luiza, nobre presidente, olhando para o painel, e perguntei: deputada, venha cá, nós estamos pela primeira vez nesta Casa tendo uma eleição, do ponto de vista democrático, com dois candidatos; deputado Elmar, ontem, tenho que elogiá-lo, pela primeira vez, a discussão política vem para este Plenário, em especial para aquela tribuna. V.Ex^a foi lá, falou sobre o seu posicionamento, foi aparteado por colegas, outros deputados, inclusive eu, falaram sobre a temática política, coisa que nunca aconteceu nesta Casa, ao que eu saiba.

E neste momento, Sr. Presidente, eu perguntava, deputado Clóvis Ferraz, já no fim da sua gestão, modernizando esta Casa, mudando alguns comportamentos, por exemplo, da votação – lembro que ali tinha um relógio, que está marcado até hoje lá, tudo aqui era feito no relógio, era um problema o horário. Gostaria de saber o seguinte: com o painel eletrônico, nesse novo instante desta Casa, a votação também vai ser modernizada, na medida em que todas as votações, vou repetir, todas as votações, têm sido feitas através do painel eletrônico? Continuaremos as votações, daqui para a frente, inclusive a da Presidência, pelo painel eletrônico?

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, acerca da celeuma trazida pelo deputado Paulo Câmera, nosso Regimento Interno é muito claro sobre o tipo de votação para a eleição da Mesa Diretora: escrutínio secreto e por meio de cédulas. Até para que esta Casa não corra o risco de, por um lapso, acontecer o que aconteceu na votação do Título de Cidadão para um funcionário do Bradesco, quando o deputado Paulo Câmera teve seu voto revelado aqui por um erro do painel eletrônico, vamos continuar a manter o que o Regimento prevê, a votação secreta através de cédulas em sobrecartas, e cargo por cargo.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes de formular minha proposição em relação ao tema, eu queria colocar, rapidamente, mais um absurdo. Imagine V.Ex^a se ex-deputado também votasse aqui na eleição para presidente. Como seria esse processo? Quando um prefeito perde a eleição, fica desautorizado pelos munícipes a representar o município. Isso é de uma incoerência...

Acho que, com relação à procuração, não podemos mudar a regra do jogo agora, se for para os prefeitos atuais. Trabalharemos mais para a frente, porque é um absurdo voto por procuração. A Revolução de 1930 extinguiu isso.

Agora, Sr. Presidente, também entendo que não existe necessidade da eleição secreta se dar através do voto em cédula. Até porque acidente também pode acontecer. Um deputado pode tropeçar ali, a cédula cair e o voto ser revelado. Então, acidentes podem existir, sempre.

Se houver qualquer problema em virtude do Regimento, Sr. Presidente, vou elaborar um projeto de lei para que possamos também votar eletronicamente para a Presidência e a Mesa Diretora, dependendo do posicionamento do Plenário no dia da votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. Gostaria de que fosse breve, se possível.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, não sei qual a razão desse assunto ser levantado, neste momento, em Plenário pelo deputado Paulo Câmara e logo depois pelo deputado Paulo Rangel, defendendo que a votação nas eleições, que ainda estão longe, seja pelo painel eletrônico.

Quero dizer a V.Ex^a o seguinte: não vejo como essa eleição se dar pelo painel por impossibilidade real. A eleição, se houver disputa, será feita entre 2 candidatos e o parlamentar vai votar em um ou em outro. Não sei como, a não ser que V.Ex^a solicite uma nova configuração do painel eletrônico para que só possam aparecer dois nomes. Aí, então, procura-se votar. Eu não enxergo como se fará uma eleição através do painel eletrônico.

E não entendo, sinceramente, a razão de tamanha preocupação do deputado Paulo Rangel e do deputado Paulo Câmara para levantarem esse assunto sobre algo que vai-se dar daqui a 15 dias, 16 dias. Não sei qual é a preocupação. Não consegui entender, deputado Paulo Rangel, qual o motivo de tamanha preocupação de V.Ex^a e do deputado Paulo Câmara para levantarem um assunto como este para uma eleição que vai ocorrer a mais de duas semanas.

Mas quero apenas, Sr. Presidente, colocar isso porque não vejo, mesmo que esta fosse a decisão da Mesa, como se configurar uma votação de escolha de um ou outro nome através do painel eletrônico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem e último orador sobre o assunto deputado Sérgio Passos.

O Sr. Sérgio Passos:- Sr. Presidente, gostaria de me reportar à questão da votação pelo painel eletrônico.

Todos nós sabemos que o Regimento Interno da Casa foi confeccionado num momento em que não existia o painel eletrônico e todas as votações que são feitas no Congresso são através do painel eletrônico. Acredito que também seria de bom alvitre fazermos a votação para presidente através do painel eletrônico. Não haveria nenhum problema, colocar-se-ia aqui, como sugeriu o deputado Paulo Rangel, um projeto, nós votaríamos e aprovaríamos ou não.

Acho que a lógica democrática é se trazer para o plenário. Acho que se deve trazer para o plenário para que se possa certificar se é lógico, legal ou não. É essa a minha opinião.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, a decisão política de se votar no painel não poderia ser diferente. Porque se estamos votando tudo no painel,

não faz sentido chegar no dia da votação se votar em cédula.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, sobre este assunto já está encerrado, deputado, V.Exª já falou. V.Exª tem o direito de ir à tribuna discursar, falar. Sobre este assunto V.Exª já falou. Este assunto está encerrado.

A decisão da presidência é politicamente fazer no painel. É óbvio que a decisão política é no painel, não posso fazer diferente. Vou consultar a procuradoria jurídica para ver o lado da legalidade. Agora, seria uma incoerência deste Parlamento investir tanto num painel e a votação não ser no painel. É só colocar a programação no computador e será feita no painel. Esta é a decisão.

Ordem do Dia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, sobre este assunto já está encerrado. V.Exª tem direito de discursar, inclusive, agora se quiser, mas sobre este assunto V.Exª já falou. O Regimento diz que não se pode... Então se V.Exª quiser falar, inclusive, tem agora, o primeiro orador será V.Exª depois do requerimento.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado por todos os Líderes partidários, deputados Waldenor Pereira, Líder da Maioria; Ronaldo Carletto, Líder do PP/PRP; Gildásio Penedo, Líder da Minoria; e Elmar Nascimento, Líder do Bloco Parlamentar (lê) “PR/PRTB com assento nesta Casa, vêm requerer a V.Exª. A dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de lei nº 17.731/2008, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil, cria o Prêmio por Desempenho Policial, na forma que indica, e dá outras providências.”

Defiro o requerimento.

Em discussão única e votação Projeto 17.731/08 de procedência do Poder Executivo que altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de agente penitenciário e de delegado de Polícia Civil, cria o prêmio por desempenho policial na forma que indica e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Yulo Oiticica no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para relatar o parecer no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Fiscalização e Controle, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs. Deputadas, quero saudar, de modo bem especial, os delegados e as delegadas hoje presentes nesta

Casa, pois, sem dúvida, são co-autores e grandes responsáveis pelo projeto que passo a relatar. (lê) “*Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.731/2008, de autoria do Poder executivo, o qual “Altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil, cria o Prêmio por Desempenho Policial, na forma que indica, e dá outras providências.”*

Encaminha, à apreciação da Assembléia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, promovendo alteração na estrutura de cargos e na remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil. Além disso, cria o Prêmio por Desempenho Policial, a ser concedido aos integrantes das carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia, a título de remuneração variável em função do cumprimento de metas pré-estabelecidas.

Em relação à carreira de Agente Penitenciário, o projeto propõe a ampliação do quantitativo de cargos da carreira em cada classe e a incorporação de valores da Gratificação de Serviços Penitenciários – GSP ao vencimento, no triênio 2009/2011.

No que tange à carreira de Delegado da Polícia Civil, a proposição prevê que o ingresso se dará na 3ª classe, integrada por 323 cargos, sendo os cargos das classes seguintes providos através de promoção. Determina a ampliação do quantitativo de cargos nas carreiras e a aplicação, para efeito de promoção à classe seguinte, de percentuais sobre o número de cargos da classe imediatamente inferior, ao tempo em que prevê a incorporação de valores da Gratificação de Atividade Policial – GAP aos vencimentos, nos exercícios de 2009 a 2011. Além disso, cria o Prêmio por Desempenho Policial, a título de remuneração variável de caráter eventual e não obrigatório, em virtude do alcance de resultados e metas pré-estabelecidas em regulamento próprio, estabelecendo ainda as regras para sua concessão.

Trata-se, enfim, de mais uma medida do Governo do Estado em benefício das carreiras de Agente Penitenciário e Delegado da Polícia Civil, devendo esse pleito receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, venho, na condição de Relator, apresentar as seguintes emendas: fruto, inclusive, Srs. Deputados, do entendimento e da discussão, na medida do possível, com representantes de classes.

Emenda de Relator nº 1

Altere-se a redação do caput do Art. 6º e acrescente-se o Parágrafo único, com a redação a seguir:

“Art. 6º - *Os ocupantes dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil que até 31 de julho de 2009 sejam estáveis, possuam interstício mínimo de 02 (dois) anos na classe ocupada e não estejam em gozo de licença para tratar de interesse particular serão enquadrados em 1º de agosto de 2009 na classe imediatamente superior.*

Parágrafo único – *Os ocupantes dos cargos da carreira de Delegado de Polícia que deixarem de cumprir qualquer dos requisitos fixados no caput deste*

artigo, terão a oportunidade de comprovar a aquisição da estabilidade, o decurso do interstício mínimo de dois anos na classe em que se encontrarem ou a suspensão da licença para tratar de interesse particular; até o dia 31 de janeiro de 2010, promovendo-se, no dia 1º de fevereiro de 2010, a segunda etapa do enquadramento.

Justificativa: *Permitir que servidor, em estágio probatório, seja enquadrado na 2ª Classe frustraria o dever do Estado de apurar sua eficiência, através das avaliações semestrais obrigatórias, durante os três primeiros anos de efetivo exercício, posto que lhe seriam reconhecidas aptidão e capacidade necessárias à progressão funcional vertical.*

Tendo em vista a necessidade de enquadramento condicionado ao cumprimento das exigências elencadas no caput do Art. 6º, do Projeto de Lei nº 17.731/2008 e a vontade de realização de enquadramento uniforme, capaz de alcançar todos os integrantes da carreira de Delegado de Polícia, vê-se como indispensável, sua realização em duas etapas, com o fim de beneficiar, também, os impedidos até 31 de julho de 2009.

Emenda de Relator nº 2:

Altere-se a redação do caput e do parágrafo único do art. 10 e do § 3º do artigo 11, com vistas a substituir a expressão 'Gratificação de Atividade Policial - GAP' por 'Gratificação de Atividade Jurídica – GAJ'.

Justificativa: *A substituição da nomenclatura da Gratificação de Atividade Policial por Gratificação de Atividade Jurídica faz-se necessária em virtude da obrigatoriedade de alinhamento ao texto da Lei Orgânica da Polícia Civil da Bahia, que tratou desta substituição.”*

Ante o exposto, Sr. Presidente, quero aqui, em nome dos deputados desta Comissão, mas sobretudo nos da Drª Soraya e do Sr. Luiz Augusto, legítimos representantes das classes, dizer que o Parecer é favorável e homenageia, sem dúvida, a importância dessas categorias tão relevantes para o Estado da Bahia, que desejamos seja amanhã verdadeiramente o Estado de todos nós. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, para discutir no âmbito das Comissões.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Instado que fui pelo deputado Paulo Câmara a falar sobre o procedimento de votação da eleição da Mesa Diretora da Assembléia, sinto-me obrigado a ler, para aqueles que tinham a obrigação de ler o Regimento Interno da Casa e conhecê-lo, o que dispõe o seu art. 4º:

(Lê) *“A eleição da Mesa ou o preenchimento posterior de qualquer vaga far-se-á por escrutínio secreto, em um só ato de votação, com tantas cédulas impressas ou datilografadas quantos forem os lugares a preencher, atendido sempre que possível, na sua composição, o critério de proporcionalidade da Representação Partidária.*

§ 1º A votação dar-se-á mediante chamada nominal dos Deputados a quem será entregue sobrecarta rubricada pela Mesa dirigente.

§ 2º Munido da sobrecarta e em local indevassável, o Deputado nela colocará tantas células quantos forem os nomes escolhidos, devendo cada célula mencionar além do nome do Deputado o cargo para qual é votado.

§ 3º Depositadas as sobrecartas em urna própria, o Presidente determinará a sua abertura, a conferência do número de sobrecartas com o número de votantes e em seguida a contagem dos votos.

§ 4º Serão anulados os votos contidos na mesma sobrecarta que resultem na indicação de mais de um nome para um só cargo.

§ 5º Serão também anulados os votos quando não se puder identificar a intenção do votante ou quando houver sido quebrado o sigilo.

§ 6º Serão considerados eleitos os Deputados que alcançarem maioria de votos em relação a cada cargo disputado e havendo empate será repetida a votação. Persistindo o empate será eleito o mais idoso.”

Apenas para reforçar, no Congresso Nacional, que há muito mais tempo do que esta Casa já tem painel eletrônico, um processo de eleição de Mesa Diretora, seja da Câmara ou do Senado, se dá por escrutínio secreto através de cédula impressa.

Tenho plena convicção de que o presidente Marcelo Nilo, magistrado que é, imparcial e coerente como sempre foi, vai, no processo de condução de eleição da Mesa Diretora, passar o cargo para o vice-presidente, por uma questão não legal, mas ética, já que disputa o cargo comigo. Vai passar para que esse processo seja conduzido dentro da maior normalidade e legalidade possível. Desejo que o favoritismo que a representação e o apoio dos partidos, pelos jornais, se confirme na urna. Resta-me apenas a esperança do coração, da consciência e da vontade soberana dos deputados nesta Casa de construir uma Assembleia ímpar, imparcial, independente e altaneira.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão e votação o projeto de lei nº 17.731/2008, de procedência do Poder Executivo, que altera a estrutura de cargos e remunerações das carreiras de agente penitenciário e delegado de Polícia Civil, cria o prêmio por desempenho policial na forma que indica e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes dos agentes penitenciários e dos Srs. Delegados e Delegadas, não gostaria de discutir este assunto, mas desde quando o deputado Paulo Câmara, que é useiro e vezeiro em dar soluções importantes nesta Casa, principalmente aquelas que contrariam o Regimento Interno...

Eu não vejo por que essa situação, deputado Zé Neto, V. Ex^a, que é presidente

da Comissão de Constituição e Justiça, passa por discussão nesta Casa. O Regimento Interno é claro, cristalino como água de rocha. O Congresso Nacional tem painel, no entanto se vota exatamente como se vota nesta Casa, por determinação do nosso Regimento.

Então, eu não acredito que o nosso presidente vá manchar a sua imagem, o seu passado, a sua história. Tenho certeza de que ele vai cumprir o Regimento Interno. E se a Procuradoria da Casa for consultada, deputado João Carlos Bacelar... Já afirmei daqui desta tribuna que a Procuradoria não é Procuradoria da Maioria nem da Minoria. A Procuradoria da Casa é a Procuradoria que tem de estar dentro da lei, aplicando a lei, e não modificando a regra do jogo na hora de uma votação. Isso se chama mudança da regra do jogo.

E ninguém vai querer que essa eleição, que será uma eleição democrática, com bons candidatos disputando democraticamente e apresentando propostas, tenha mudada a regra do jogo na última hora.

Eu já fui vítima, deputado Euclides, na calada da noite nesta Casa, da mudança da regra do jogo. Eu já fui vítima e gostaria de que nem o deputado Marcelo Nilo nem o nosso candidato, deputado Elmar Nascimento, tenham esse dissabor que eu tive num passado muito recente. Portanto, eu queria encerrar...

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Pois não, deputado Euclides. Apenas eu queria acrescentar: vou reunir a minha Bancada, e se houver mudança de jogo nós vamos parar com essa convocação extraordinária e não vamos votar mais projeto nenhum aqui na Casa. Nós não vamos admitir mudança na regra do jogo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Meu caro deputado Heraldo Rocha, eu queria saber somente a sua opinião. V.Ex^a tem mostrado uma posição firme no sentido de não querer que haja mudanças próximas ao processo eleitoral. Eu perguntaria a V.Ex^a - o DEM comandou o casuísmo da UPB quando mudou a regra do jogo, de uma maneira imoral, para trazer à eleição ex-prefeitos para o processo eleitoral da UPB do dia 28 - este ano essa disposição de ser contrário a uma mudança aqui no Regimento Interno para as eleições de 1º de fevereiro - se condena também a ação do DEM na UPB em que mudou as regras do jogo num verdadeiro casuísmo?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado Euclides Fernandes, respondo a V.Ex^a com a maior tranquilidade. Em primeiro lugar, eu não sou prefeito, eu sou deputado. Em segundo lugar, quero dizer a V.Ex^a que nós temos um Regimento Interno. Agora, é muito simples, deputado Euclides, o Plenário é soberano,...

O Sr. Euclides Fernandes:- Se é soberano, vamos fazer valer.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...)aprendi com o nosso querido Líder Eliel Martins, uma das maiores figuras deste Parlamento, que o Plenário é soberano, a decisão é do Plenário. Agora, vai ficar muito feio e antiético se tomar uma medida dessas na boca da eleição. Isso é um problema da UPB, eu não sou prefeito, deputado. Eu sou deputado estadual eleito pelo povo da Bahia.

Nós vamos votar sem pedir verificação de quórum. Nós vamos votar esse projeto sem pedir verificação de quórum. Se pedirmos verificação de quórum, não

haverá gente para votar. Nós vamos votar sem pedir verificação de quórum.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão, em votação, o Projeto de Lei nº 17.731/2008.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Delegados de Polícia e Galerias, minhas senhoras e meus senhores, eu aproveito a discussão deste projeto para fazer um pronunciamento dirigido ao Ministério Público. Estou no quarto mandato e nunca me utilizei desta tribuna para trazer problemas, vamos dizer assim, querelas paroquiais aqui para o Plenário desta Casa.

O pronunciamento que vou fazer tem uma direção, o Ministério Público. Os senhores têm lido pelos jornais a situação em que ficam alguns municípios que têm o seu patrimônio público, praticamente, destruído pelos ex-gestores. Digamos que não são, na realidade, ex-gestores, porque eles são gestores públicos até o dia 1º de janeiro. Todo mundo tem lido pela imprensa e, na minha cidade, em Paulo Afonso, não foi diferente. Os Srs. Secretários da Prefeitura levaram tudo que puderam, computadores – teve um caso bastante interessante: numa central de ar condicionado, em um posto de saúde grande, o secretário teve o desprazer de dizer que a central de ar-condicionado era dele e que estava emprestada a prefeitura, como se existisse alguém que acreditasse nessa colocação.

Os terrenos ou foram doados ou vendidos a preços insignificantes. O Ministério Público tem que averiguar isso, tem que zelar pelo patrimônio público, é sua obrigação.

Isso não pode continuar. Mais de 70 veículos em Paulo Afonso estão praticamente destruídos. Não há uma viatura com pneu de suporte. Em alguns veículos levaram caixa de marcha; em outros, levaram motores e foram batidos de propósito. O ex-prefeito ainda teve a desfaçatez, perdoem-me o termo, de dizer que os veículos que o prefeito pegou no dia 2 e colocaram em frente à prefeitura, distribuiu um panfleto dizendo que aqueles carros ou tinham sido batidos pela gestão anterior– 4 anos antes– ou agora pela gestão que se iniciava.

Imaginem os senhores que o prefeito tomou posse no dia primeiro à noite e no dia 2 já tinha destruído aquela série de viaturas.

Então, o Ministério Público tem a obrigação formal, não só na cidade de Paulo Afonso, mas em todos os municípios, de zelar pelo patrimônio público, pelo que é do povo. Era esse o pronunciamento que eu queria fazer nesta Casa, mas que está dirigido especificamente ao Ministério Público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento. Em votação o “ Projeto de lei nº 17.731/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual

“Altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil, cria o Prêmio por Desempenho Policial, na forma que indica, e dá outras providências.”

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.731/2009

Altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil, cria o Prêmio por Desempenho Policial, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incorporados ao vencimento básico dos cargos da carreira de Agente Penitenciário os seguintes valores da Gratificação de Serviços Penitenciários – GSP, na forma que segue:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), a partir de 01 de fevereiro de 2009;

II - R\$ 50,00 (cinquenta reais), a partir de 01 de novembro de 2009;

III - R\$ 40,00 (quarenta reais), a partir de 01 de janeiro de 2010;

IV - R\$ 40,00 (quarenta reais), a partir de 01 de setembro de 2010;

V - R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), a partir de 01 de janeiro de 2011;

VI - R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), a partir de 01 de outubro de 2011.

Parágrafo único - O vencimento básico e a Gratificação de Serviços Penitenciários – GSP, resultantes da aplicação do disposto nos incisos I a III deste artigo, estarão sujeitos à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais que ocorrerem nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Art. 2º - Ficam criados cargos efetivos na carreira de Agente Penitenciário, de que trata a Lei nº 7.209, de 20 de novembro de 1997, passando a ser o quantitativo de cada Classe conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 3º - O inciso IV do artigo 7º da Lei nº 7.209, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º** -

.....

IV - aptidão física e mental para o cargo, comprovada mediante exames médicos, testes físicos e exames psicológicos, na forma prevista em edital.”

Art. 4º - Fica incluído o inciso V ao artigo 7º da Lei nº 7.209, de 20 de novembro de 1997, com a seguinte redação:

“**Art. 7º** -

.....

V - possuir Carteira Nacional de Habilitação válida, categoria B.”

Art. 5º - O ingresso na carreira de Delegado de Polícia Civil dar-se-á na 3ª classe, integrada por 323 cargos.

Parágrafo único - Os cargos das classes seguintes à inicial serão providos por promoção, sendo o quantitativo definido mediante à aplicação dos percentuais previstos no Anexo II Lei sobre o número de cargos ocupados na classe imediatamente anterior.

Art. 6º - Os ocupantes dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil que até 31 de julho de 2009 sejam instáveis, possuam interstício mínimo de 02 (dois) anos na classe ocupada e não estejam em gozo de licença para tratar de interesse particular, serão enquadrados em 1º de agosto de 2009 na classe imediatamente superior.

Parágrafo único – Os ocupantes dos cargos da carreira de Delegado de Polícia que deixarem de cumprir qualquer dos requisitos fixados no *caput* deste artigo, terão a oportunidade de comprovar a aquisição da estabilidade, o decurso do interstício mínimo de dois anos na classe em que se encontrarem ou a suspensão da licença para tratar de interesse particular, até o dia 31 de janeiro de 2010, promovendo-se, no dia 01 de fevereiro de 2010 a segunda etapa do enquadramento.

Art. 7º - Aplicam-se às promoções que ocorrerem após o enquadramento previsto no artigo 6º desta Lei os percentuais definidos no Anexo II Lei.

§ 1º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, a Secretaria de Segurança Pública divulgará anualmente o número de cargos em cada classe a serem providos mediante promoção.

§ 2º - O Poder Executivo estabelecerá a quantidade de cargos da classe inicial carreira de Delegado de Polícia Civil após o enquadramento de que trata o artigo 6º desta Lei.

Art. 8º - É requisito especial para o ingresso na carreira de Delegado de Polícia Civil, além dos previstos no artigo 8º da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, a aptidão física e mental para o cargo, a ser comprovada mediante exames médicos, testes físicos e exames psicológicos, na forma prevista em Edital.

Art. 9º - Os dispositivos da Lei nº 7.146, de 27 de agosto de 1997, abaixo indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - O inciso III do artigo 11:

“Art.	11	-
III - aptidão física e mental para o cargo, comprovada mediante exames médicos, testes físicos e exames psicológicos, na forma prevista em edital.”		

II - artigo 12:

“Art. 12 - O desenvolvimento do servidor policial civil na carreira dar-se-á por promoção, que consiste na passagem de uma classe para a imediatamente superior.”

Art. 10 – Ficam incorporados ao vencimento básico dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil os seguintes valores da Gratificação de Atividade Jurídica – GAJ, na forma que segue:

I - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a partir de 01 de novembro de 2009;

II - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a partir de 01 de novembro de 2010;

III - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a partir de 01 de novembro de 2011.

Parágrafo único - O vencimento básico e a Gratificação de Atividade Jurídica – GAJ, resultantes da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo, estarão sujeitos à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais, que ocorrerem nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Art. 11 - Fica instituído o Prêmio por Desempenho Policial para os integrantes da carreira de Delegado de Polícia Civil, a título de remuneração variável de caráter eventual e não obrigatório, em virtude do alcance de resultados e metas pré-estabelecidas em regulamento próprio.

§ 1º - O prêmio de que trata o *caput* deste artigo contemplará resultado grupal ou institucional e não substitui ou complementa a remuneração devida ao servidor, nem constitui base de incidência de qualquer vantagem ou encargo, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 2º - O Prêmio por Desempenho Policial será concedido uma única vez em cada período de 01 (um) ano civil e contemplará, no máximo, 30% do total dos servidores da carreira de que trata o *caput* deste artigo, que atuem exclusivamente na área-fim.

§ 3º - O valor máximo do Prêmio por Desempenho Policial a ser concedido anualmente ao servidor corresponderá ao resultado da soma do vencimento básico com a Gratificação de Atividade Jurídica - GAJ do mês anterior ao da concessão.

§ 4º - É vedado o pagamento de qualquer antecipação do Prêmio a que se refere este artigo.

§ 5º - O Prêmio por Desempenho Policial é incompatível com o Prêmio de Desempenho Fazendário – PDF, Gratificação Especial por Produtividade – GEP, prevista no artigo 4º da Lei nº 7.023, de 23 de janeiro de 1997, Gratificação de Incentivo à Melhoria da Qualidade de Assistência Médica – GIQ, Gratificação pela Execução de Serviços do

Programa de Transportes – GET e Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia - GEP.

§ 6º - As demais condições e limites para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial serão previstas em regulamento próprio.

§ 7º - A aferição do desempenho policial dar-se-á a partir de 2009, com efeitos financeiros em 2010, conforme for definido em regulamento.

Art. 12 - A concessão da Gratificação pelo Exercício em Unidade do Sistema Prisional – GEUSP, instituída pela Lei nº 11.056, de 26 de junho de 2008, fica retroagida a 1º de fevereiro de 2008.

§ 1º - O percentual a ser concedido da gratificação prevista no *caput* deste artigo será de 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2011.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior produzirá efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2010.

Art. 13 - Ressalvado o disposto no artigo 6º desta Lei, o provimento dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil e das demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 15 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2009.

Art. 16 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 5º da Lei nº 7.209, de 20 de novembro de 1997, e o artigo 7º da Lei 7.596, de 07 de fevereiro de 2000.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2009

Yulo Oiticica
Relator

ANEXO I

AGENTE PENITENCIÁRIO

QUANTITATIVO DE CARGOS POR CLASSE

	CLASSE		
	I	II	III
AGENTE PENITENCIÁRIO	750	400	250

ANEXO II

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL TABELA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

CLASSE	PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE CARGOS DA CLASSE ANTERIOR
2 ^a	75%
1 ^a	65%
ESPECIAL	55%

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade. (Palmas)

Tendo em vista que se encontram em Plenário vários delegados, gostaria de registrar os 60 parlamentares presentes. Citarei o nome de todos os deputados presentes: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boa Ventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Fernando Torres, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Junior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Simões, Luís Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, nossa querida deputada, esposa do nosso vice-governador Edmundo Pereira; Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Professor Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Pedro Alcântara, Virginia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé Neto.

Parabéns Srs. Deputados, pela aprovação deste projeto da classe dos delegados e dos agentes penitenciários.

Em discussão única e votação Projeto de lei 17.661 /08 de procedência do Poder Executivo, o qual 'dispõe sobre a criação da carreira de Especialista e Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, e dá outras providências”’.

PROJETO DE LEI Nº 17.661/2008

Dispõe sobre a criação da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criado, no quadro de pessoal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, a carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e com as seguintes atribuições:

I - produzir, monitorar e avaliar estudos técnicos e pesquisas aplicadas ao Estado e a sociedade na área econômica e social, relacionadas às diferentes dimensões e aspectos do desenvolvimento estadual, regional e setorial, abrangendo as funções referentes à captação, ao processamento e à análise de dados e informações;

II - assessorar e subsidiar a elaboração e avaliação de planos, programas e projetos através da disponibilização e orientação de uso dos dados específicos e temáticos;

III - produzir indicadores e informações econômicas, sociais, demográficas, geográficas, geodésicas, cartográficas, de recursos naturais e ambientais para subsidiar órgãos e entidades estaduais, regionais e nacionais de pesquisa e planejamento.

Parágrafo único - Os cargos da carreira referida no caput deste artigo terão as seguintes áreas de atuação:

I - Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas, compreendendo as seguintes atividades:

a) promover, orientar e elaborar pesquisas e estudos sócio-econômicos necessários ao planejamento e ao crescimento sustentável do Estado da Bahia;

b) indicar possibilidades e alternativas de desenvolvimento regional e setorial considerando os aspectos da regulação econômica e social, fiscal e financeira, e da inserção interna e externa da economia baiana;

c) exercer outras atividades correlatas.

II - Geoambiental, compreendendo as seguintes atividades:

a) promover, orientar e elaborar pesquisas e estudos geodésicos, cartográficos, geográficos, demográficos, de recursos naturais e ambientais necessários ao conhecimento da realidade física do Estado da Bahia;

b) sistematizar, analisar, avaliar e atualizar as informações visando subsidiar a gestão territorial e seu ordenamento;

c) exercer outras atividades correlatas.

III - Informações Estatísticas, compreendendo as seguintes atividades:

a) desenvolver metodologias e cálculos de indicadores, de estatísticas agregadas, de amostragem e de inferência;

b) executar procedimentos de análise, crítica e consistência de dados;

c) exercer outras atividades correlatas.

IV - Documentação e Disseminação de Informações, compreendendo as seguintes atividades:

a) desenvolver atividades de seleção, formatação, normalização, armazenamento, disseminação e divulgação de informações;

- b) realizar estudos e pesquisas bibliográficas;
- c) definir o padrão editorial das publicações da instituição;
- d) promover o fortalecimento das relações institucionais e a qualidade do atendimento customizado aos usuários;
- e) exercer outras atividades correlatas.

Art. 2º - A carreira será composta pelo quantitativo total de 120 (cento e vinte) cargos, distribuídos entre as 12 (doze) classes, sendo a inicial integrada por 30 (trinta) cargos.

§ 1º - O ingresso na carreira dar-se-á na Classe 1, mediante concurso público de provas e títulos, observada a titulação e habilitação previstas no Anexo III desta Lei.

§ 2º - O edital do concurso definirá o número de cargos a serem providos, conforme a área de atuação e a especificidade da função e observará a disponibilidade orçamentária e o interesse da Administração Pública.

§ 3º - O exercício do cargo dar-se-á de acordo com as áreas de atuação e de acordo com a titulação e a especificidade da função.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 3º - O desenvolvimento na carreira dar-se-á, exclusivamente, por meio de promoção, de uma classe para a imediatamente seguinte, mediante o atendimento aos critérios da avaliação do Desempenho Funcional e do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º - Além dos critérios enumerados no caput deste artigo, o regulamento poderá estabelecer outros relacionados a projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas da carreira.

§ 2º - Nos processos de promoção, o quantitativo de cargos a serem providos será definido mediante a aplicação dos percentuais previstos no Anexo II desta Lei sobre o número de cargos ocupados na classe imediatamente anterior à pleiteada, no órgão de lotação.

§ 3º - É requisito básico para promoção à classe imediatamente seguinte o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício das atribuições

do cargo na classe, exceto para a promoção à Classe 2, cujo interstício mínimo será de 36 (trinta e seis) meses na classe 1.

§ 4º - O regulamento estabelecerá a forma e demais critérios de avaliação, bem como os requisitos para participação em processo seletivo para a promoção do servidor.

§ 5º - Observado o disposto no caput deste artigo e as diretrizes procedentes da SAEB, a entidade de lotação do servidor divulgará, anualmente, o número de cargos em cada classe dos cargos efetivos que serão preenchidos mediante promoção.

§ 6º - Será instituído pela entidade de lotação do servidor, em conjunto com a Secretaria da Administração, o Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado para o desenvolvimento da carreira.

CAPÍTULO III

DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 4º - Os vencimentos dos ocupantes do cargo de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 5º - Fica instituída a Gratificação da Atividade de Pesquisa Aplicada – GPA, privativa dos ocupantes do cargo de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, que será calculada sobre o vencimento básico do cargo nos seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) para as Classes 1 a 6;

II - 125% (cento e vinte e cinco por cento) para as Classes 7 a 12.

§ 1º - A gratificação será concedida exclusivamente aos servidores em exercício na SEI e será paga conjuntamente com os vencimentos e demais vantagens do cargo e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, integrando a remuneração apenas para os efeitos de cálculo das seguintes parcelas:

I - remuneração de férias;

II - abono pecuniário resultante da conversão de parte das férias;

III - gratificação natalina.

§ 2º - A Gratificação de que trata este artigo é incompatível com as seguintes vantagens:

I - Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime Integral e Dedicção Exclusiva - RTI;

II - Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET;

III - Gratificação por Serviços Extraordinários;

IV - Gratificação por Competência - GPC.

§ 3º - O servidor investido em cargo em comissão ou função de confiança na SEI, poderá optar, enquanto perdurar a investidura, entre a gratificação privativa da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais e a gratificação de CET ou de RTI, atribuídas em decorrência da comissão ou função de confiança, observando o disposto no art. 78 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

§ 4º - O servidor integrante da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais terá assegurado o direito à percepção da Gratificação nas seguintes hipóteses de afastamento, a ser paga no mesmo valor percebido no mês anterior ao do afastamento:

I - licença prêmio, desde que a vantagem esteja sendo percebida ininterruptamente há mais de seis meses;

II - exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa da categoria dos servidores públicos do Estado;

III - nas demais hipóteses previstas nos artigos 113 e 118, incisos III, VII e XI, alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

Art. 6º - É atribuída aos integrantes da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais a Gratificação de Incentivo à Pós-Graduação, pela titulação de Mestre ou Doutor, na área de atuação e especificidade da função, conforme Anexo III desta Lei, nos seguintes percentuais:

I - 20% (vinte por cento) pela apresentação do título de Mestre, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

II - 25% (vinte e cinco por cento) pela apresentação do título de Doutor, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

§ 1º - É vedada a percepção cumulativa dos percentuais previstos nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º - É permitida a revisão do percentual previsto para o inciso II deste artigo, desde que apresentado o respectivo título.

§ 3º - A gratificação somente será paga quando o servidor estiver no desempenho efetivo do cargo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais.	1	1.730,00
	2	1.870,00
	3	2.020,00
	4	2.180,00
	5	2.355,00
	6	2.544,00
	7	2.750,00
	8	2.970,00
	9	3.210,00
	10	3.460,00
	11	3.735,00
	12	4.030,00

ANEXO II

TABELA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Classe	Percentual sobre o total de servidores ocupantes da classe anterior
2	85%
3	80%
4	75%
5	70%
6	65%
7	65%
8	60%
9	60%
10	55%
11	55%
12	50%

OBS: O resultado da aplicação do percentual deve ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior

ANEXO III

ÁREAS DE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E GEOAMBIENTAIS

ÁREAS DE ATUAÇÃO	FORMAÇÕES
Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas	Demografia; Economia; Sociologia; Arquitetura; Urbanismo; Geografia.
Geoambientais	Biologia; Geologia; Engenharia Sanitária e Ambiental; Geografia; Meteorologia; Engenharia Cartográfica; Engenharia de Agrimensura.
Informações Estatísticas	Economia; Matemática; Estatística.
Documentação e Disseminação de Informações	Ciência da Computação; Processamento de dados; Administração; Biblioteconomia; Comunicação Social; Sistemas de Informação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a palavra à deputada Virgínia Hagge para relatar a matéria, convido o deputado J. Carlos para presidir a sessão para que eu possa me ausentar.

O Sr. Gilberto Brito:- Presidente Marcelo...

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- (Lê) “*PARECER das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.661/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'dispõe sobre a criação da carreira de Especialista e Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, e dá outras providências'.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, instituindo a carreira de Especialista e Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no quadro de pessoal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Os servidores integrantes da carreira cuja criação é proposta terão como atribuições: I - produzir, monitorar e avaliar estudos técnicos e pesquisas aplicadas ao Estado e à sociedade na área econômica e social, relacionadas às diferentes dimensões e aspectos do desenvolvimento estadual, regional e setorial, abrangendo as funções referentes à captação, ao processamento e à análise de dados e

informações; II – assessorar e subsidiar a elaboração e avaliação de planos, programas e projetos, através da disponibilização e orientação do uso dos dados específicos e temáticos; III – produzir indicadores e informações econômicas, sociais, demográficas, geográficas, geodésicas, cartográficas, de recursos naturais e ambientais, para subsidiar órgãos e entidades estaduais, regionais e nacionais de pesquisa e planejamento.

A carreira terá um quantitativo total de 120 cargos, distribuídos em 12 classes, sendo a inicial integrada por 30 cargos, a serem preenchidos através de concurso público. O projeto cuida de estabelecer as regras para o desenvolvimento na carreira, através da promoção, fixando os vencimentos, com escalonamento entre R\$ 1.730,00 entre a Classe 1 e R\$ 4.030,00 para a Classe 12, bem como os percentuais da Gratificação da Atividade de Pesquisa Aplicada – GPA, que é da ordem de 100% sobre o vencimento básico para as Classes 1 a 6 e 125% para as Classes 7 a 12, cabendo registrar que a referida gratificação é criada através da proposição e privativa dos integrantes da carreira ora instituída, sendo-lhes atribuída ainda a Gratificação de Incentivo à Pós-Graduação, para titulação de Mestre ou Doutor, na proporção de 20% para o título de Mestre e 25% para o título de Doutor, observada a área de atuação e especificidade da função.

A medida destina-se, assim, a criar uma carreira própria na SEI, reconhecendo assim a o Governo do Estado a importância da função de planejamento no âmbito da Administração, e visa 'possibilitar a revitalização do seu quadro de pessoal, bem como o melhor atendimento das competências institucionais', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembléia...”

A proposição recebeu três emendas, todas de autoria da Bancada da Oposição. A emenda nº 1 estabelece a obrigatoriedade de emissão, pelo Poder Executivo, de Relatório Técnico Gerencial Específico da execução da lei, uma vez por ano, quando da apresentação do 4º Relatório Quadrimestral de Gestão Fiscal pelo Secretário da Fazenda junto à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembléia, devendo, o referido Relatório, avaliar os impactos sociais, econômicos e fiscais junto ao Orçamento do Estado, além dos aspectos da efetividade, da eficácia e da eficiência.

Opino pela rejeição, por entender que os princípios administrativos da transparência e da publicidade, que devem nortear a Administração Pública, e que orientam a elaboração da emenda sob análise, encontram-se plenamente aplicados na medida em que a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, já mantém em seu site na Internet publicações periódicas que apresentam uma visão panorâmica da realidade baiana. Traz ainda os indicadores econômicos e sociais e boletim trimestral divulgador de dados sobre as áreas tributária e financeira do Estado (resumo da execução orçamentária).

Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que respeita à transparência, controle e fiscalização das finanças públicas e da gestão fiscal já prescreve que:

Art. 48. *São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será*

dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. *A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.*

Art. 49. *As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.*

Deste modo, através dos instrumentos acima especificados, entendo que se encontra plenamente satisfeita a proposta de transparência de gestão e publicidade dos atos administrativos, móvel da emenda da Bancada da Oposição, não cabendo, portanto, o seu acolhimento.

A emenda nº 2 propõe acréscimo de um dispositivo ao projeto, estabelecendo que os cargos integrantes da carreira de Especialista e Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, cuja criação é proposta no projeto, serão ocupados exclusivamente por servidores públicos de carreira do quadro do Estado ou providos através de concurso público, ou ainda por servidores originários de convênios com o Governo Federal. Evidentemente a emenda não pode prosperar; uma vez que os 120 cargos previstos no art. 2º, alvo da proposta da Bancada da Oposição, constituem-se exclusivamente em cargos de carreira, a serem providos através de concurso público específico, conforme estabelecido nos § 1º e 2º do referido art. 2º, não cabendo em nenhuma hipótese o aproveitamento, na carreira, repetindo, que é própria da SEI, de servidores de outras áreas da Administração, e muito menos originários do Governo Federal.

O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II da Constituição Federal. É, portanto, nesta inteligência que o texto do presente PL foi construído, e que estão claramente explicitados nos parágrafos que sucedem ao art. 2º.

Por fim, através da emenda nº 3 pretende a Bancada da Oposição modificar o teor dos parágrafos do art. 2º, de modo a possibilitar a realização de concurso público para ingresso em classe mais avançada que a inicial. Opino também pela rejeição, uma vez que a carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais exige um único requisito para sua ocupação, além da aprovação em concurso público: a formação prevista no anexo III do projeto, de acordo com a respectiva área de atuação, não importando a classe que o servidor chegue a ocupar no decorrer de sua carreira. Deste modo, não traduz

isonomia o cumprimento de um mesmo requisito possibilitar ingresso na mesma carreira em classe superior, com conseqüente remuneração elevada. Não há razoabilidade.

Isto porque a carreira é a trajetória do servidor desde o seu ingresso no cargo até o seu desligamento, regida por regras específicas de ingresso, desenvolvimento profissional, remuneração e avaliação de desempenho. Por sua vez, o desenvolvimento profissional (plano de carreira) é o conjunto de normas que disciplinam o ingresso e instituem oportunidades e estímulos (progressão nas classes) ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de forma a contribuir com a qualificação dos serviços prestados pelos órgãos, constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal. Não cabe, portanto, a emenda.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2009.

Virginia Hagge

Relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Em votação o projeto de lei nº 17.661/2008, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, e dá outras providências. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. (Palmas)

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, na verdade, a minha questão de ordem é para parabenizar a presença aqui do superintendente da SEI, o colega professor universitário, Dr. Geraldo Reis, acompanhado de membros da sua equipe, que vieram participar da discussão, da apreciação desse importante projeto, que cria uma carreira própria para essa superintendência, que reputo um dos órgãos mais qualificados do governo do Estado da Bahia.

Aliás, desde o meu primeiro mandato aqui, nesta Casa Legislativa, ainda como Oposição, sempre fiz questão de elogiar os trabalhos, as pesquisas e os estudos realizados pela SEI, fundamentais para a elaboração das políticas públicas no nosso Estado, especialmente agora na gestão Jaques Wagner, que tem um superintendente, este valoroso companheiro, doutor pela Universidade de Barcelona, companheiro sociólogo qualificado e professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia que está realizando um brilhante trabalho à frente dela, sem dúvida nenhuma uma das

instituições mais respeitadas do governo Jaques Wagner.

Basta ver e acompanhar as edições que recentemente foram distribuídas para os parlamentares desta Casa, naturalmente destinadas a todos os órgãos do nosso Estado, que revelam a competência e a qualidade dos trabalhos elaborados e do próprio corpo técnico daquela instituição.

Estou muito sentido por não ter conseguido desta feita o enquadramento dos atuais técnicos nessa nova carreira, já que há um impedimento constitucional, mas sou solidário aos técnicos remanescentes da SEI, doutores e mestres que vêm desenvolvendo um brilhante trabalho nessa organização.

Portanto, quero parabenizar o seu superintendente, Dr. Geraldo Reis, presente aqui nesta sessão às Galerias Paulo Jackson, pela aprovação deste projeto, que representará um alento, uma reoxigenação, uma mola propulsora para o crescimento e a consolidação da SEI, este órgão do nosso governo vinculado à Secretaria do Planejamento, como um dos órgãos de pesquisa mais respeitados do Brasil.

Então parabéns a todos os técnicos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, especialmente ao nosso companheiro e amigo superintendente Dr. Geraldo Reis, que se faz presente à Assembleia acompanhando este processo de votação.

Essa é a questão de ordem. Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Em votação o projeto de lei nº 17.628/2008, do Poder Executivo, que “Altera a lei nº 9.655, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a concessão e a inaptidão da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes para que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustível líquido carburante e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 17.628/2008

Altera a Lei nº 9.655, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a concessão e a inaptidão da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado o art. 4º-A à Lei nº 9.655, de 26 de setembro de 2005:

“Art. 4º-A - É vedada a utilização de nota fiscal autorizada pela Secretaria da Fazenda para acobertar saídas não

autorizadas pela ANP, tais como as saídas de combustíveis por produtor, importador, transportador revendedor retalhista ou posto revendedor varejista com destino a posto revendedor varejista, ainda que pertencente à mesma empresa.

Parágrafo único - A não observância do disposto no *caput* deste artigo ensejará multa de 30% (trinta por cento) do valor comercial da mercadoria, a ser aplicada cumulativamente:

I - ao emitente;

II - ao destinatário, na hipótese de sua escrituração.”.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, dou por encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*